

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS 2 0 2 1

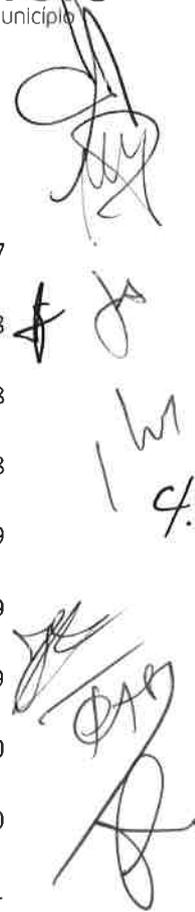


trofa
município

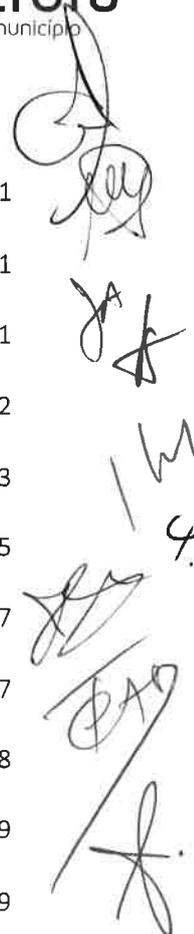
Índice de Quadros

Quadro 1. Entidades consideradas no perímetro de consolidação das demonstrações financeiras	9
Quadro 2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades societárias	9
Quadro 3. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades não societárias	10
Quadro 4. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades não societárias- outras	10
Quadro 5. Análise Consolidada dos Recebimentos	13
Quadro 6. Comparativo de recebimentos consolidados expurgados dos passivos Financeiros	14
Quadro 7. Comparativo de pagamentos consolidado	15
Quadro 8. Análise do Balanço Consolidado	16
Quadro 9. Análise da Demonstração Consolidada dos Resultados	18
Quadro 10. Análise da demonstração consolidada dos gastos e rendimentos	18
Quadro 11. Análise aos gastos consolidados operacionais	19
Quadro 12. Análise aos rendimentos operacionais consolidados	20
Quadro 13. Evolução da dívida consolidada	21
Quadro 14. Indicadores consolidados de gestão patrimonial	22
Quadro 15. Desagregação da caixa e depósitos	36
Quadro 16. Vida útil estimada Ativos Fixos Intangíveis Município da Trofa	46
Quadro 17. Vida útil estimada Ativos Fixos Intangíveis Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M	47
Quadro 18. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas 2021	47

Quadro 19. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas 2020	47
Quadro 20. Quantia escriturada e variações no período 2021	48
Quadro 21. Quantia escriturada e variações no período 2020	48
Quadro 22. Ativos intangíveis – adições – 2021	48
Quadro 23. Ativos intangíveis – adições – 2020	49
Quadro 24. Ativos intangíveis – diminuições – 2021	49
Quadro 25. Ativos intangíveis – diminuições – 2020	49
Quadro 26. Acordos de concessão de serviços- 2021	50
Quadro 27. Acordos de concessão de serviços- 2020	50
Quadro 28. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis Município da Trofa	51
Quadro 29. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis, Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M	51
Quadro 30. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis- Edifícios e outras construções Município da Trofa	52
Quadro 31. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas – 2021	53
Quadro 32. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas – 2020	54
Quadro 33. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período–2021	55
Quadro 34. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período–2020	56
Quadro 35. Ativos fixos tangíveis – adições – 2021	57
Quadro 36. Ativos fixos tangíveis – adições – 2020	58
Quadro 37. Ativos fixos tangíveis – Diminuições – 2021	59
Quadro 38. Ativos fixos tangíveis – Diminuições – 2020	60



Quadro 39. Locações financeiras - Locatário	61
Quadro 40. Descrição dos acordos de locação financeira significativos	61
Quadro 41. Contratos de arrendamento	61
Quadro 42. Descrição dos acordos de locação operacional significativos	62
Quadro 43. Mapa Empréstimos – 2021	63
Quadro 44. Mapa Empréstimos – 2020	65
Quadro 45. Mapa de outros financiamentos – Resinorte, S.A.- ano 2021	67
Quadro 46. Mapa de outros financiamentos – Resinorte, S.A.- ano 2020	67
Quadro 47. Amortização Empréstimos a 31/12/2021	68
Quadro 48. Inventários – 2021	69
Quadro 49. Inventários – 2020	69
Quadro 50. Inventários - Movimentos do período – 2021	69
Quadro 51. Inventários: movimentos do período – 2020	70
Quadro 52. Rendimentos com contraprestação	70
Quadro 53. Rendimentos sem contraprestação – 2021	71
Quadro 54. Rendimentos sem contraprestação – 2020	72
Quadro 55. Provisões	73
Quadro 56. Provisões mais significativas	73
Quadro 57. Passivos Contingentes	74
Quadro 58. Ativos Contingentes	75
Quadro 59. Ativos Financeiros	77
Quadro 60. Movimentos ocorridos nas Participações Financeiras	78
Quadro 61. Outras contas a receber	78



Handwritten signatures and initials, including the name 'M. C.' and other illegible marks, are present on the right side of the page.

Quadro 62. Passivos Financeiros	79
Quadro 63. Diferimentos – Gastos a reconhecer	79
Quadro 64. Diferimentos – Rendimentos a reconhecer	79
Quadro 65. Outras contas a pagar	80
Quadro 66. Benefícios dos empregados	81
Quadro 67. Benefícios dos empregados- Trofáguas, E.M.	82
Quadro 68. Entidades controladas	82
Quadro 69. Transações entre partes relacionadas	82
Quadro 70. Pessoas chave da gestão Município da Trofa	83
Quadro 71. Pessoas chave da gestão Trofáguas, E.M.	83
Quadro 72. Interesses em outras entidades - Interesses em entidades controladas não consolidadas	83
Quadro 73. Fornecimentos e serviços externos	84
Quadro 74. Transferências e subsídios concedidos	85
Quadro 75. Outros gastos	85
Quadro 76. Endividamento consolidado de medio e longo prazos	86
Quadro 77. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	87
Quadro 78. Montante total das dívidas a terceiros	87
Índice de Gráficos	
Gráfico 1. Variação do Balanço Consolidado 2020/2021	17
Gráfico 2. Evolução dos juros e gastos similares suportados consolidados	19
Gráfico 3. Evolução dos juros e rendimentos obtidos consolidados	20
Gráfico 4. Evolução do resultado líquido do exercício consolidado	21

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2021

1. Introdução	7
2. Perímetro de Consolidação	7
2.1. Enquadramento	7
2.2. Perímetro do Grupo Municipal para efeitos de demonstrações financeiras consolidadas	9
2.2.1. Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação	10
2.2.1.1. Trofáguas - Serviços Ambientais, EM	10
2.2.1.2. Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.	10
2.2.2. Métodos de consolidação	11
2.3. Perímetro do Grupo Municipal para efeitos de demonstrações orçamentais consolidadas	11
3. Síntese da Atividade Orçamental Consolidada do Ano 2021	13
3.1. Análise Consolidada dos Recebimentos	13
3.2. Análise Consolidada dos Pagamentos	15
4. Síntese da Atividade Financeira Consolidada do Ano	16
4.1. Análise ao Balanço Consolidado	16
4.2. Análise da Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	18
4.2.1. Análise aos Gastos Consolidados	19
4.2.1.1. Análise aos Gastos Operacionais Consolidados	19
4.2.1.2. Análise aos juros e gastos similares suportados consolidados	19
4.2.2. Análise aos Rendimentos Consolidados	20
4.2.2.1. Análise aos Rendimentos Operacionais Consolidados	20
4.2.2.2. Análise aos juros e rendimentos similares obtidos consolidados	20
4.3. Resultado Líquido do Exercício Consolidado	21
4.4. Evolução da dívida consolidada	21
4.5. Apresentação de Indicadores Consolidados de Gestão Patrimonial	22

Relatório de Gestão Consolidado 2021

5. Factos Relevantes verificados após o encerramento do Exercício	23
6. Disposição Final	23
Demonstrações Orçamentais Consolidadas 2021	24
Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental	25
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	27
Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021	28
Balanço Consolidado	29
Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	30
Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado 2021	31
Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado 2020	32
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado	33
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021	34
Outros Documentos 2021	88
Relação nominal de responsáveis do Órgão da Entidade Consolidante	89
Regras e Métodos observados na Consolidação	90
Balanço Consolidado Ajustamentos	94
Demonstração de Resultados Consolidada por Naturezas Ajustamentos	95
Certificação legal das contas consolidadas 2021	96
Certificação legal das contas consolidadas 2021	97
Relatório e parecer do auditor externo sobre as contas consolidadas	100



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar os documentos de prestação de contas consolidados com as entidades detidas ou participadas, os quais são elaborados e aprovados pelo órgão executivo, de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o estipulado no artigo 76.º da referida Lei, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais.

Apesar de definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada não sendo possível apresentar as divulgações pelo normativo para esta matéria.

De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. Enquadramento

Nos termos do n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referente às seguintes entidades:

- a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;



- c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
- i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - ii) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Decorre do n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública 22, prevista no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, são prescritos os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa

mesma entidade, devendo preparar demonstrações financeiras consolidadas, usando políticas uniformes para transações semelhantes e outros eventos em circunstâncias idênticas.

Nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 prevista no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, são definidos os requisitos para a consolidação orçamental.

Assim, o perímetro de consolidação na Administração Local será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Decorre destas Normas, perímetros de consolidação diferentes, fazendo-se assim referência a ambos os perímetros de consolidação.

2.2. Perímetro do Grupo Municipal para efeitos de demonstrações financeiras consolidadas

Para efeitos de demonstrações financeiras consolidadas, o perímetro de consolidação é constituído a 31 de dezembro de 2021, por todas as entidades detidas ou participadas e controladas pelo Município de forma direta ou indireta, bem como por todas as empresas locais que integram o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, sendo o perímetro de consolidação do Município da Trofa, o seguinte:

Quadro 1. Entidades consideradas no perímetro de consolidação das demonstrações financeiras

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	Método de Consolidação
				Direto	Indireto		
Trofáguas- Serviços Ambientais, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	E.M.	100 000,00	100 000,00	100%		100%	Integral
Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	E.M.	3 236 678,67	4 985,01	0,16%		0,16%	Equivalência Patrimonial

Quadro 2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
Águas do Norte, S.A.	509436595	Sociedade Anónima	37002	108 095 467,50	855 000,00	0,56	855 000,00	855 000,00		
Global Trofa, E.M.	509784453	Empresa Municipal	41200	500 000,00	8 716,00	1,74	8 716,00	8 716,00	Ano 2013	

Quadro 3. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades não societárias

Denominação Social	Sede	N.I.P.C.	Capital Social	Participação Valor	Capital Próprio	R.L.E.	Ano de Referência
Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	417.857.175,00	613.939,50			2021

Quadro 4. Entidades excluídas do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras, entidades não societárias- outras

Denominação Social	Sede	N.I.P.C.	Contribuição exercício Valor
Agência de Energia do Porto	Porto	507886550	3.956,00
Agência de Energia do Porto	Porto	507886550	10.000,00*
Área Metropolitana do Porto	Porto	502823305	32.482,00
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	4.930,10
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Viana do Castelo	508905435	1.500,00
Litoral rural- Associação de Desenvolvimento Regional	Matosinhos	513409130	10.000,00
Associação Nacional das Assembleias Municipais	Porto	513864202	1.250,00

2.2.1. Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação

2.2.1.1. Trofáguas - Serviços Ambientais, EM

A empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M., foi constituída em 5 de dezembro de 2002 e iniciou a sua atividade em 6 de janeiro de 2003, com sede em Rua Imaculada Conceição, Edifício Nova Trofa, 4785-684 Trofa. Tem como atividade principal a recolha de resíduos sólidos não perigosos. Ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2021, de 31 de agosto, foi delegado pelo Município da Trofa, um conjunto de competências, no domínio de gestão e exploração de serviços públicos na área do Ambiente, designadamente, a prestação de serviços públicos no domínio da gestão dos resíduos sólidos, a gestão, por delegação do Município da Trofa, da Concessão com a Indaqua, a gestão, por delegação do Município da Trofa, da Parceria com a Águas do Norte, e acessoriamente outras atividades relacionadas.

2.2.1.2. Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M. S.A.

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. foi constituída em 1999 e tem por objeto de atividade a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (conceção, consultoria, formação), bem assim como a prestação de serviços energéticos (consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética). Inclui-se

ainda na sua atividade a comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção.

É uma sociedade anónima de capital pertencente à Administração Pública Local e rege-se pelos seus estatutos e pela legislação aplicável ao setor empresarial local.

2.2.2. Métodos de consolidação

Método de consolidação integral, aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para esse efeito como interesses minoritários.

Método da equivalência patrimonial, aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável outro método. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

2.3. Perímetro do Grupo Municipal para efeitos de demonstrações orçamentais consolidadas

Relativamente às demonstrações orçamentais consolidadas, o perímetro de consolidação é constituído por todas as entidades que à data de 31 de dezembro do ano 2021 sejam detidas ou participadas e controladas pelo Município de forma direta ou indireta, bem como por todas as empresas locais que integram o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, incluídas no subsetor da Administração Local nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

De acordo com a última publicação efetuada pelo Instituto Nacional de Estatística, no Grupo do Município da Trofa, para além do Município da Trofa, nenhuma das entidades que compõe o perímetro do Grupo do Município da Trofa é passível de integrar as contas



Relatório de Gestão Consolidado 2021

orçamentais consolidadas, pelo que os mapas apresentados, referem-se apenas às contas do Município da Trofa.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several initials and smaller signatures at the bottom.

3. SÍNTESE DA ATIVIDADE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA DO ANO

Considerando que apenas o Município da Trofa, integra o Grupo do Município da Trofa, os valores dos mapas orçamentais apresentados, apenas se referem a esta entidade.

3.1. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS RECEBIMENTOS

Quadro 5. Análise Consolidada dos Recebimentos

Recebimentos	2021	Peso % sobre o tipo de recebimento	Peso % sobre o total de recebimentos	2020	Peso % sobre o tipo de recebimento	Peso % sobre o total de recebimentos
Recebimentos Correntes	23 139 394,01	100,00%	56,20%	21 806 057,77	100,00%	85,64%
Receita Fiscal	10 011 672,85	43,27%	24,32%	9 662 393,68	44,31%	37,95%
Taxas, multas e outras penalidades	1 008 180,00	4,36%	2,45%	698 853,58	3,20%	2,74%
Rendimentos de propriedade	1 056 581,85	4,57%	2,57%	650 736,12	2,98%	2,56%
Transferência e subsídios correntes	10 587 762,93	45,76%	25,72%	10 224 177,11	46,89%	40,15%
Venda de bens e serviços	466 586,98	2,02%	1,13%	401 000,98	1,84%	1,57%
Outras receitas correntes	8 609,40	0,04%	0,02%	168 896,30	0,77%	0,66%
Recebimentos Capital	4 661 251,74	100,00%	11,32%	2 258 745,23	100,00%	8,87%
Venda de bens de investimento	510,60	0,01%	0,00%	25 351,00	1,12%	0,10%
Transferências e subsídios de capital	4 660 741,14	99,99%	11,32%	2 223 944,23	98,46%	8,73%
Outras receitas de capital		0,00%	0,00%	9 450,00	0,42%	0,04%
Passivos Financeiros	13 357 546,02	100,00%	32,44%	1 393 328,64	100,00%	5,47%
Outras receitas	13 899,82	100,00%	0,03%	4 980,71	100,00%	0,02%
Reposições abatidas aos pagamentos	13 899,82	100%	0%	4 980,71	100%	0%
Total de receita	41 172 091,59		100,00%	25 463 112,35		100,00%

Da análise ao quadro 5, verifica-se que os recebimentos correntes representam mais de metade do total das receitas, correspondendo a 56,20%, do total das receitas. A rubrica de receita fiscal (24,32%) e transferências e subsídio correntes (25,72%) são as que têm um maior impacto na cobrança da receita corrente arrecadada, representando no seu computo 50,04%.

Por sua vez, os recebimentos de capital representam 11,32% do total das receitas arrecadadas, sendo a rubrica com maior expressão financeira as transferências e subsídios de capital, representando 11,32% desta receita, contribuindo com € 3.712.808,14 as transferências para bens de investimento, de financiamentos comunitários.

A rubrica de passivos financeiros teve um impacto bastante significativo (32,44%) no total das receitas arrecadadas. Este aumento resulta essencialmente da contratação de empréstimos que ocorreram em 2021, sendo os mais significativos, os empréstimos contratados para a substituição de dívida de dois empréstimos de médio e longo prazo que foram contratualizados com o Banco

Relatório de Gestão Consolidado ano 2021

Português de Investimentos (€ 6.472.903,36) e com o Banco BIC Português (€ 4.400.904,12), no Município da Trofa.

Quadro 6. Comparativo de recebimentos consolidados expurgados dos passivos financeiros

Recebimentos	2021	2021		2020	2020	
		Peso % sobre o tipo de recebimento	Peso % sobre o total de recebimentos		Peso % sobre o tipo de recebimento	Peso % sobre o total de recebimentos
Recebimentos Correntes	23 139 394,01	100,00%	83,19%	21 806 057,77	100,00%	90,60%
Receita Fiscal	10 011 672,85	43,27%	35,99%	9 662 393,68	44,31%	40,14%
Taxas, multas e outras penalidades	1 008 180,00	4,36%	3,62%	698 853,58	3,20%	2,90%
Rendimentos de propriedade	1 056 581,85	4,57%	3,80%	650 736,12	2,98%	2,70%
Transferência e subsídios correntes	10 587 762,93	45,76%	38,07%	10 224 177,11	46,89%	42,48%
Venda de bens e serviços	466 586,98	2,02%	1,68%	401 000,98	1,84%	1,67%
Outras receitas correntes	8 609,40	0,04%	0,03%	168 896,30	0,77%	0,70%
Recebimentos Capital	4 661 251,74	100,00%	16,76%	2 258 745,23	100,00%	9,38%
Venda de bens de investimento	510,60	0,01%	0,00%	25 351,00	1,12%	0,11%
Transferências e subsídios de capital	4 660 741,14	99,99%	16,76%	2 223 944,23	98,46%	9,24%
Outras receitas de capital	0,00	0,00%	0,00%	9 450,00	0,42%	0,04%
Outras receitas	13 899,82	100,00%	0,05%	4 980,71	100,00%	0,02%
Reposições abatidas aos pagamentos	13 899,82	100%	0%	4 980,71	100%	0,02%
Total de receita	27 814 545,57		100,00%	24 069 783,71		100,00%

Da leitura ao quadro 6, verifica-se que o peso da receita corrente relativamente ao ano 2020 reduziu em 7,41 pontos percentuais. Por sua vez, os recebimentos de capital aumentaram comparativamente ao ano 2020, em 7,38 pontos percentuais, derivado de um aumento na execução das transferências dos fundos comunitários, para investimentos.

3.2 ANÁLISE CONSOLIDADA DOS PAGAMENTOS

Quadro 7. Comparativo de pagamentos consolidado

Pagamentos	2021	Peso % sobre o tipo de pagamento	Peso % sobre o total de pagamentos	2020	Peso % sobre o tipo de pagamento	Peso % sobre o total de pagamentos
Despesas correntes	16 139 786,01	100,00%	38,15%	14 399 754,76	100,00%	59,26%
Despesas com o pessoal	7 345 973,76	45,51%	17,36%	7 177 570,45	49,85%	29,54%
Aquisição de bens e serviços	5 277 953,36	32,70%	12,47%	4 921 399,24	34,18%	20,25%
Juros e outros encargos	291 466,86	1,81%	0,69%	352 222,46	2,45%	1,45%
Transferências e subsídios correntes	3 103 421,17	19,23%	7,34%	1 853 785,18	12,87%	7,63%
Outras despesas correntes	120 970,86	0,75%	0,29%	94 777,43	0,66%	0,39%
Despesas de capital	13 105 095,90	100,00%	30,97%	7 780 719,80	100,00%	32,02%
Aquisição de bens de capital	11 784 266,73	89,92%	27,85%	7 049 343,62	90,60%	29,01%
Transferências e subsídios de capital	876 319,61	6,69%	2,07%	730 376,18	9,39%	3,01%
Outras despesas de capital	444 509,56	3,39%	1,05%	1 000,00	0,01%	0,00%
Despesa com ativos financeiros		100,00%	0,00%	34 107,75	100,00%	0,14%
Despesa com passivos financeiros	13 064 610,90	100,00%	30,88%	2 083 238,04	100,00%	8,57%
Pagamento Total	42 309 492,81		100,00%	24 297 820,35		100,00%

Pela análise ao quadro 7, verifica-se que as despesas correntes representaram o maior volume dos pagamentos efetuados (38,15%), as despesas de capital 30,97% e as despesas com passivos financeiros 30,88%.

Das despesas correntes, a rubrica despesas com pessoal representou 45,51% do total das despesas correntes pagas e a rubrica de aquisição de bens e serviços representou 32,70%. Estas duas rubricas representam 29,83% dos pagamentos totais realizados.

Relativamente às despesas de capital, a rubrica mais representativa para o cômputo dos pagamentos totais é a de aquisição bens de capital (27,85%), representando 89,92% das despesas de capital.

Quanto às despesas com passivos financeiros a mesma representa 30,88% das despesas totais, aumentando 22,31 pontos percentuais comparativamente ao ano 2020, derivado da liquidação antecipada, de dois empréstimos contratualizados com o Banco BPI, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A.

4. SÍNTESE DA ATIVIDADE FINANCEIRA CONSOLIDADA DO ANO

4.1. ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

Quadro 8. Análise do Balanço Consolidado

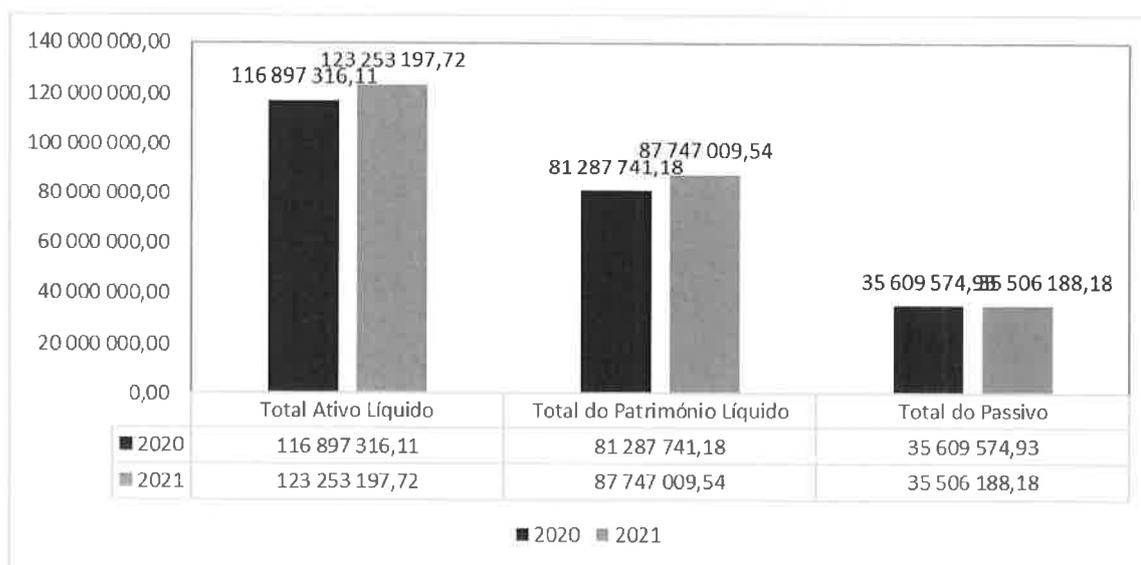
Descrição	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Ativo não corrente	107 232 813,42	87,00%	100 276 173,28	85,78%	6 956 640,14	6,94%
Inventários	51 195,43	0,04%	63 887,50	0,05%	-12 692,07	-19,87%
Clientes, contribuintes e utentes	487 806,11	0,40%	704 750,32	0,60%	-216 944,21	-30,78%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	688 317,88		579 670,09	0,50%	108 647,79	18,74%
Estado e outros entes públicos	74 434,90	0,06%	57 325,66	0,05%	17 109,24	29,85%
Outras contas a receber	8 047 395,19	6,53%	7 691 851,64	6,58%	355 543,55	4,62%
Caixa e depósitos	6 646 147,02	5,39%	7 501 522,42	6,42%	-855 375,40	-11,40%
Diferimentos	25 087,77	0,02%	22 135,20	0,02%	2 952,57	13,34%
Ativo Líquido	123 253 197,72	99,44%	116 897 316,11	100,00%	6 355 881,61	5,44%
Património	34 768 976,84	39,62%	34 719 877,32	42,71%	49 099,52	0,14%
Reservas	809 563,73	0,92%	624 045,78	0,77%	185 517,95	29,73%
Resultados transitados	17 250 937,07	19,66%	13 107 066,64	16,12%	4 143 870,43	31,62%
Outras variações no património líquido	31 209 252,94	35,57%	29 199 756,59	35,92%	2 009 496,35	6,88%
Resultado líquido do exercício	3 708 278,96	4,23%	3 636 994,85	4,47%	71 284,11	1,96%
Património Líquido	87 747 009,54	100,00%	81 287 741,18	100,00%	6 459 268,36	7,95%
Provisões para riscos e encargos	1 832 989,10	5,16%	2 319 685,18	6,51%	-486 696,08	-20,98%
Financiamentos obtidos- médio e longo prazos	25 712 245,85	72,42%	26 152 042,61	73,44%	-439 796,76	-1,68%
Outras contas a pagar - médio e longo prazo	743 987,96		770 337,60	2,16%	-26 349,64	-3,42%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				0,00%	0,00	
Fornecedores	820 333,19	2,31%	688 836,48	1,93%	131 496,71	19,09%
Estado e outros entes públicos	198 596,55	0,56%	207 232,93	0,58%	-8 636,38	-4,17%
Financiamentos obtidos a pagar no curto prazo	2 926 131,54	8,24%	2 715 301,09	7,63%	210 830,45	7,76%
Fornecedores de investimento	12 836,60	0,04%	45 873,96	0,13%	-33 037,36	-72,02%
Outras contas a pagar - curto prazo	1 658 351,38	4,67%	1 459 321,68	4,10%	199 029,70	13,64%
Diferimentos	223 469,68	0,63%	170 503,44	0,48%	52 966,24	31,06%
Passivos financeiros	1 377 246,33	3,88%	1 080 439,96	3,03%	296 806,37	27,47%
Passivo	35 506 188,18	97,90%	35 609 574,93	100,00%	-103 386,75	-0,29%

Comparativamente ao ano 2020, verifica-se um aumento no valor do ativo líquido consolidado de € 6.355.881,61, correspondente a um crescimento de 5,44%. Para este aumento contribuiu essencialmente o aumento do ativo não corrente consolidado de € 6.956.640,14 (6,94%). Do valor do ativo não corrente consolidado as rubricas que contribuíram com o valor mais significativo foi a de Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, com € 2.632.577,97 e € 4.736.675,06 (outros ativos tangíveis), da entidade Câmara Municipal da Trofa.

Quanto ao património líquido consolidado, verifica-se um aumento de € 6.459.268,36, correspondendo a uma melhoria de 7,95% comparativamente ao ano 2020. Para este resultado contribuiu essencialmente o aumento das outras variações no património líquido consolidado, no montante de € 2.009.496,35 e dos resultados transitados consolidados, no valor de € 4.143.870,43.

Da análise ao passivo consolidado pode-se constatar que o mesmo reduziu em € 103.386,75, correspondendo a um decréscimo de 0,29 %, comparativamente ao ano 2020. As rubricas que tiveram maior impacto na diminuição do passivo foram as de financiamentos obtidos consolidados e provisões para riscos e encargos consolidados, que no seu computo reduziram 14,90% (€ 715.662,39).

Gráfico 1. Variação do Balanço Consolidado 2020/2021



4.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Quadro 9. Análise da Demonstração Consolidada dos Resultados

Descrição	2020		2021		Variação 2020/2021	
	Valor		Valor		Valor	%
Gastos operacionais	20 396 394,89		22 973 536,40		2 577 141,51	12,64%
Rendimentos operacionais	24 384 229,22		27 017 164,10		2 632 934,88	10,80%
Resultados Operacionais	3 987 834,33		4 043 627,70		55 793,37	1,40%
Gastos financeiros	367 893,37		335 348,74		-32 544,63	-8,85%
Rendimentos financeiros	17 053,89				-17 053,89	
Resultados Financeiros	-350 839,48		-335 348,74		15 490,74	-4,42%
Resultado líquido do exercício	3 636 994,85		3 708 278,96		71 284,11	1,96%

Os resultados consolidados operacionais do grupo aumentaram em € 55.793,37 comparativamente a 2020. Pese embora os gastos consolidados operacionais terem aumentado em € 2.577.141,51, a variação positiva obtida nos rendimentos operacionais, no valor de € 2.632.934,88, contribuiu para um aumento nos resultados consolidados operacionais.

Os resultados consolidados financeiros também melhoraram a sua performance, considerando a redução dos gastos associados (8,85%).

O resultado líquido do exercício consolidado aumentou em 1,96% comparativamente ao ano 2020.

Quadro 10. Análise da Demonstração Consolidada dos Gastos e Rendimentos

Descrição	2020		2021		Variação 2020/2021	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Gastos operacionais	20 396 394,89	98,23%	22 973 536,40	98,56%	2 577 141,51	12,64%
Gastos financeiros	367 893,37	1,77%	335 348,74	1,44%	-32 544,63	-8,85%
Total dos Gastos	20 764 288,26	100,00%	23 308 885,14	100,00%	2 544 596,88	12,25%
Rendimentos operacionais	24 384 229,22	99,93%	27 017 164,10	100,00%	2 632 934,88	10,80%
Rendimentos financeiros	17 053,89	0,07%	0,00	0,00%	-17 053,89	-100,00%
Total dos Rendimentos	24 401 283,11	100,00%	27 017 164,10	100,00%	2 615 880,99	10,72%
Resultado líquido do exercício	3 636 994,85		3 708 278,96	0,00	71 284,11	1,96%

Verifica-se que os rendimentos consolidados aumentaram em 10,72% (€ 2.615.880,99) comparativamente ao ano 2020, assim como, os gastos consolidados em 12,25% (€ 2.544.596,88), obtendo-se um resultado líquido consolidado do exercício, positivo.

4.2.1- ANÁLISE AOS GASTOS CONSOLIDADOS

4.2.1.1- ANÁLISE AOS GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS

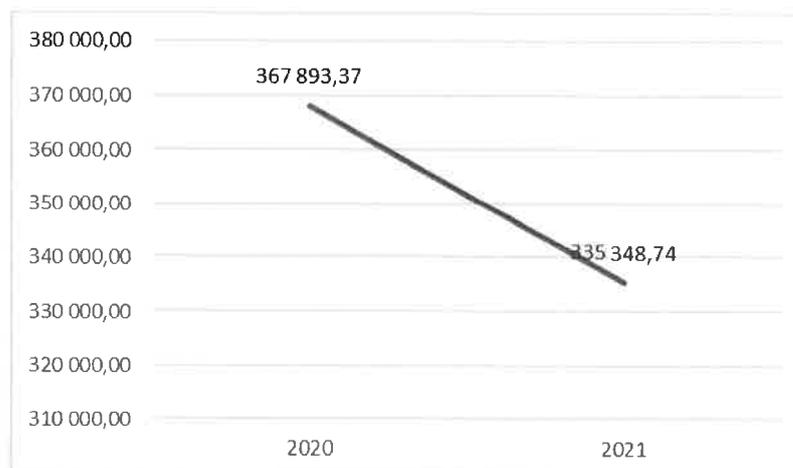
Quadro 11. Análise aos gastos consolidados operacionais

Descrição	2020	2021	Variação 2020/2021
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	479 972,03	373 713,71	-106 258,32
Fornecimentos e serviços externos	5 697 315,57	6 508 497,89	811 182,32
Gastos com o pessoal	7 499 935,77	7 585 236,98	85 301,21
Transferências e subsídios concedidos	1 923 077,84	2 856 028,98	932 951,14
Gastos de amortizações	3 328 577,76	4 202 718,78	874 141,02
Provisões	85 869,22	39 649,26	-46 219,96
Imparidades de dívidas a receber	8 332,76	57 428,85	49 096,09
Outros gastos e perdas	1 373 313,94	1 350 261,95	-23 051,99
Total gastos operacionais	20 396 394,89	22 973 536,40	2 577 141,51

Os gastos consolidados operacionais totalizaram € 22.973.536,40, tendo estes aumentado em € 2.577.141,51, relativamente ao ano anterior (€ 20.396.394,89). Para este valor contribuíram fundamentalmente as transferências e subsídios consolidados concedidos com € 932.951,14, os fornecimentos e serviços externos consolidados no valor de € 811.182,32 e os gastos de amortizações consolidados com o valor de € 874.141,02.

4.2.1.2- ANÁLISE AOS JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS CONSOLIDADOS

Gráfico 2. Evolução dos juros e gastos similares suportados consolidados



Os juros e gastos similares suportados consolidados atingiram um valor de € 335348,74 tendo diminuído face ao ano 2020 em € 32.544,63. A diminuição resulta essencialmente da amortização da dívida de médio e longo prazo consolidada.

4.2.2- ANÁLISE AOS RENDIMENTOS CONSOLIDADOS

4.2.2.1- ANÁLISE AOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

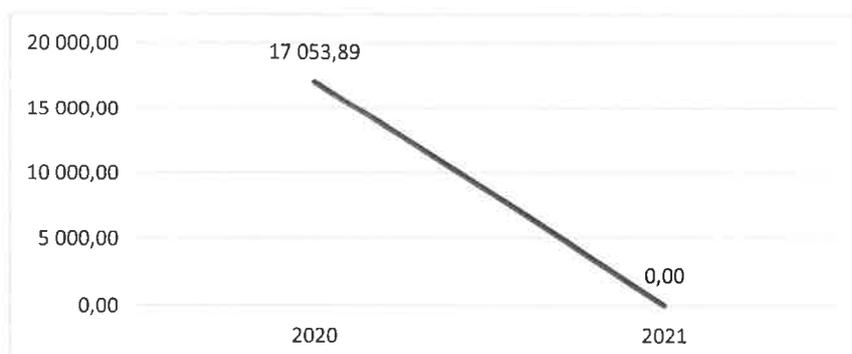
Quadro 12. Análise aos rendimentos operacionais consolidados

Descrição	2020	2021	Varição 2020/2021
Impostos, contribuições e taxas	10 262 162,41	11 492 451,31	1 230 288,90
Vendas	7 175,15	4 447,34	-2 727,81
Prestações de serviços e concessões	1 914 707,47	2 080 216,70	165 509,23
Transferências e subsídios obtidos	10 017 988,62	10 956 543,04	938 554,42
Provisões	153 017,28	509 378,61	356 361,33
Outros rendimentos e ganhos	2 029 178,29	1 974 127,10	-55 051,19
Total rendimentos operacionais	24 384 229,22	27 017 164,10	2 632 934,88

No ano 2021 os proveitos consolidados operacionais aumentaram em € 2.632.934,88 comparativamente ao ano 2020, tendo contribuído essencialmente para esse aumento, os impostos, contribuições e taxas no valor de € 1.230.288,90 (46,73%), a rubrica de transferências e subsídios obtidos € 938.554,42 (41,08%). Nesta rubrica o valor mais significativo deve-se às transferências do orçamento do estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS).

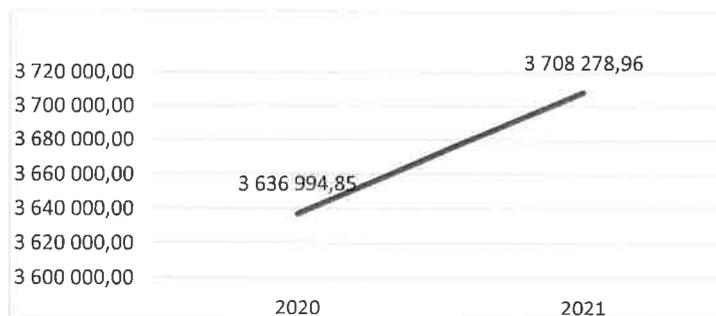
4.2.2.2- ANÁLISE AOS JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS CONSOLIDADOS

Gráfico 3. Evolução dos juros e rendimentos obtidos consolidados



4.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO

Gráfico 4. Evolução do resultado líquido do exercício consolidado



4.4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Quadro 13. Evolução da dívida consolidada

Descrição conta	DÍVIDA				
	2018	2019	2020	2021	2020/2021
20.8.2- Outros credores	8 350,00	7 471,68	5 850,00	9 745,01	3 895,01
22-Fornecedores	735 243,32	771 341,52	688 836,48	820 333,19	131 496,71
23- Pessoal	274,68	4 051,55	2 737,98	413,28	-2 324,70
24- Estado e Outros Entes Públicos	176 054,00	197 971,97	207 232,93	198 596,55	-8 636,38
25- Financiamentos obtidos	30 754 366,72	29 313 032,81	28 867 343,70	28 638 377,39	-228 966,31
27.1-Fornecedores de Investimento	141 846,61	102 533,56	40 338,96	12 836,60	-27 502,36
27.5.1- Fundo de Apoio Municipal	102 323,25	34 107,75			0,00
27.8.9.2- Outros Credores	1 606,50	16 031,79	13 966,23	9 654,39	-4 311,84
TOTAL	31 920 065,08	30 446 542,63	29 826 306,28	29 689 956,41	-136 349,87
TOTAL EXCECIONADO	102 323,25	1 043 220,98	2 402 441,87	4 847 368,36	4 847 369,36
TOTAL EFETIVO DA DÍVIDA	31 817 741,83	29 403 321,65	27 423 864,41	24 842 588,05	-4 983 719,23

4.5. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES CONSOLIDADOS DE GESTÃO PATRIMONIAL

Quadro 14. Indicadores Consolidados de Gestão Patrimonial

Indicadores	Indicadores	
	2020	2021
Autonomia Financeira	69,54%	71,19%
Solvabilidade	228,27%	247,13%
Endividamento	30,46%	28,81%
Rentabilidade operacional do ativo	3,41%	3,28%
Liquidez Geral	261,03%	221,98%

A autonomia financeira avalia a capacidade do património líquido do Grupo Município da Trofa financiar o seu ativo total. Como se pode verificar este indicador aumentou face a 2020, tendo neste período o Grupo Município da Trofa capacidade de financiar as suas atividades através do seu património líquido em 71,19%.

O indicador da solvabilidade permite avaliar a capacidade do Grupo Município da Trofa fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. Como se verifica o rácio melhorou em 18,86 pontos percentuais, sendo maior a capacidade financeira para desenvolver a sua atividade, indicando que o património líquido é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O rácio de endividamento permite avaliar o grau de dependência financeira face a terceiros. Quanto maior for este rácio maior a sua vulnerabilidade.

O rácio de rentabilidade operacional do ativo dá-nos a informação sobre qual a capacidade dos ativos em gerar resultados. Relaciona o resultado operacional com o ativo total.

O indicador da liquidez geral traduz a capacidade que o Grupo Município da Trofa tem para solver os compromissos de curto prazo.



5. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Acresce informar que a partir do ano 2020 viveu-se e vive-se uma crise sanitária causada pela pandemia COVID-19, que se traduziu numa recessão económica a nível mundial, tendo levado à definição de medidas de carácter excecional no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica e reposição da normalidade.

A invasão da Ucrânia que ocorreu no início de 2022, com a aplicação de sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia, terá implicações nos preços e disponibilidade de matérias-primas, energia e outros.

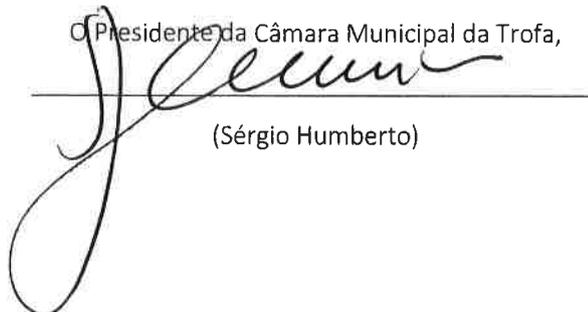
Não obstante a atual situação, não se vislumbra que a aplicação destas medidas possam ter impacto significativo nas estimativas elaboradas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2021.

6. DISPOSIÇÃO FINAL

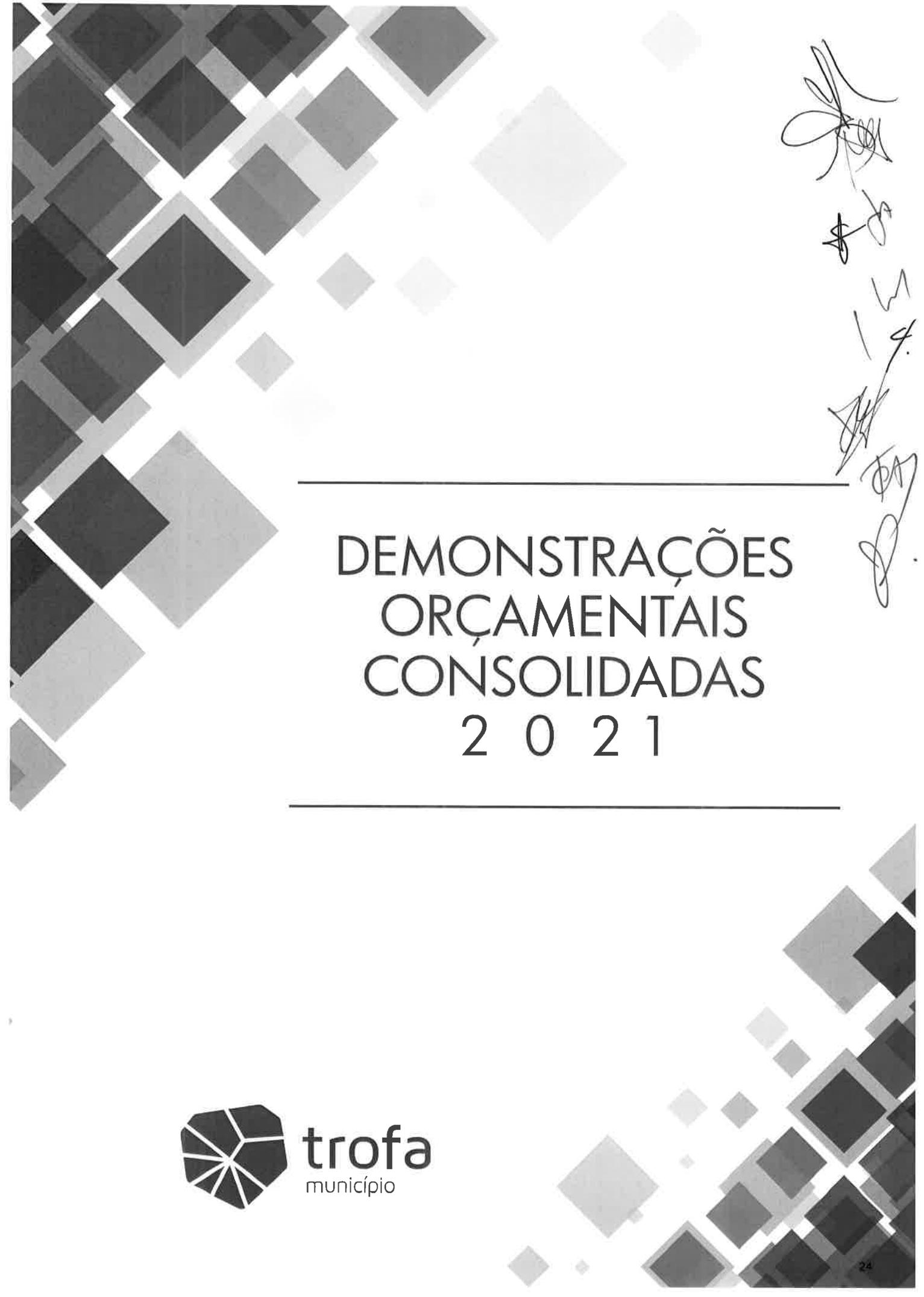
Nestes termos, de acordo com a alínea j) do ponto 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal o Relatório de Gestão Consolidado e demais documentos que compõem as Contas Consolidadas do ano 2021.

Município da Trofa, 30 de maio de 2022

O Presidente da Câmara Municipal da Trofa,



(Sérgio Humberto)



DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS
2 0 2 1

[Handwritten signatures and initials]



trofa
município


DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Classificação	Recebimentos / Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO 2021						2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	5 916 906,75 €		286 196,37 €	123 940,79 €	1 065 427,31 €	7 392 471,22 €	6 116 648,88 €
RI01	Operações orçamentais [1]	5 916 906,75 €		286 196,37 €	123 940,79 €		6 327 043,91 €	5 161 751,91 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	5 916 906,75 €		286 196,37 €	123 940,79 €		6 327 043,91 €	5 161 751,91 €
RI03	Operações de tesouraria [A]					1 065 427,31 €	1 065 427,31 €	954 896,97 €
RA02	Receita corrente	23 022 198,56 €		117 195,45 €			23 139 394,01 €	21 806 057,77 €
R1	Receita fiscal	10 011 672,85 €					10 011 672,85 €	9 662 393,68 €
R11	Impostos diretos	10 011 672,85 €					10 011 672,85 €	9 662 393,68 €
R12	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 008 180,00 €					1 008 180,00 €	698 853,58 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 056 581,85 €					1 056 581,85 €	650 736,12 €
R5	Transferências e subsídios correntes	10 470 567,48 €		117 195,45 €			10 587 762,93 €	10 224 177,11 €
R51	Transferências correntes	10 470 567,48 €		117 195,45 €			10 587 762,93 €	10 224 177,11 €
R511	Administrações Públicas	10 465 267,48 €		117 195,45 €			10 582 462,93 €	10 223 677,11 €
R512	Exterior - U E							
R513	Outras	5 300,00 €					5 300,00 €	500,00 €
R52	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	466 586,98 €					466 586,98 €	401 000,98 €
R7	Outras receitas correntes	8 609,40 €					8 609,40 €	168 896,30 €
RA03	Receita de capital	948 443,60 €		3 712 808,14 €			4 661 251,74 €	2 258 745,23 €
R8	Venda de bens de investimento	510,60 €					510,60 €	25 351,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	947 933,00 €		3 712 808,14 €			4 660 741,14 €	2 223 944,23 €
R91	Transferências de capital	947 933,00 €		3 712 808,14 €			4 660 741,14 €	2 223 944,23 €
R911	Administrações Públicas	947 933,00 €		3 712 808,14 €			4 660 741,14 €	2 223 944,23 €
R912	Exterior - U E							
R913	Outras							
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							9 450,00 €
RA04	Receita efetiva [2]	23 984 541,98 €		3 830 003,59 €			27 814 545,57 €	24 069 783,71 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	13 899,82 €					13 899,82 €	4 980,71 €
RA05	Receita não efetiva [3]				13 357 546,02 €		13 357 546,02 €	1 393 328,64 €
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros				13 357 546,02 €		13 357 546,02 €	1 393 328,64 €
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	29 901 448,73 €		4 116 199,96 €	13 481 486,81 €		47 499 135,50 €	30 624 864,26 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					827 378,48 €	827 378,48 €	376 786,45 €
DA01	Despesa corrente	16 095 625,00 €		44 161,01 €			16 139 786,01 €	14 399 754,76 €
D1	Despesas com o pessoal	7 345 973,76 €					7 345 973,76 €	7 177 570,45 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	5 613 813,26 €					5 613 813,26 €	5 454 475,47 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	123 173,05 €					123 173,05 €	92 865,37 €
D13	Segurança social	1 608 987,45 €					1 608 987,45 €	1 630 229,61 €
D2	Aquisição de bens e serviços	5 277 953,36 €					5 277 953,36 €	4 921 399,24 €
D3	Juros e outros encargos	291 466,86 €					291 466,86 €	352 222,46 €
D4	Transferências e subsídios correntes	3 059 260,16 €		44 161,01 €			3 103 421,17 €	1 853 785,18 €
D41	Transferências correntes	1 916 846,14 €		44 161,01 €			1 961 007,15 €	1 350 100,72 €
D411	Administrações Públicas	436 333,74 €					881 902,22 €	468 198,50 €
D4111	Administração Central - Estado Português							
D4112	Administração Central - Outras entidades							
D4113	Segurança Social	34 708,74 €					34 708,74 €	14 902,00 €
D4114	Administração Regional							
D4115	Administração Local	401 625,00 €					401 625,00 €	453 296,50 €
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	419 033,70 €					419 033,70 €	490 773,51 €
D413	Famílias	949 473,79 €		44 161,01 €			993 634,80 €	391 128,71 €
D414	Outras	112 004,91 €					112 004,91 €	
D42	Subsídios Correntes	1 142 414,02 €					1 142 414,02 €	503 684,46 €
D5	Outras despesas correntes	120 970,86 €					120 970,86 €	94 777,43 €

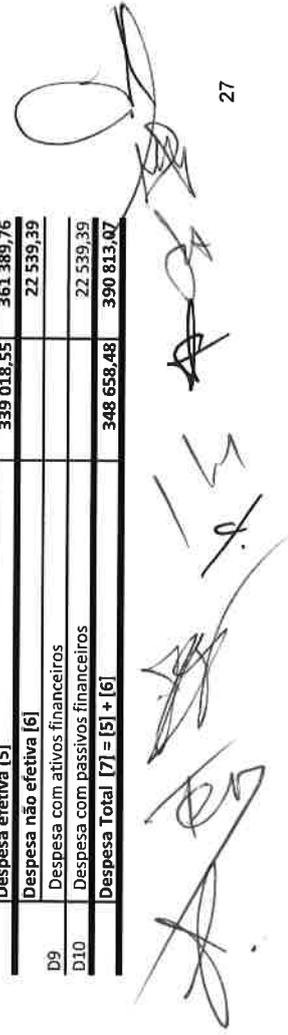

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Classificação	Recebimentos / Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO 2021						2020
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
DA02	Despesa de capital	6 755 747,12 €		3 931 150,40 €	2 418 198,38 €		13 105 095,90 €	7 780 719,80 €
D6	Aquisição de bens de capital	5 434 917,95 €		3 931 150,40 €	2 418 198,38 €		11 784 266,73 €	7 049 343,62 €
D7	Transferências e subsídios de capital	876 319,61 €					876 319,61 €	730 376,18 €
D71	Transferências de capital	876 319,61 €					876 319,61 €	730 376,18 €
D711	Administrações Públicas	491 802,25 €					491 802,25 €	531 817,60 €
D7111	Administração Central - Estado Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local	491 802,25 €					491 802,25 €	531 817,60 €
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	384 517,36 €					384 517,36 €	198 558,58 €
D713	Famílias							
D714	Outras							
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital	444 509,56 €					444 509,56 €	1 000,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	22 851 372,12 €		3 975 311,41 €	2 418 198,38 €		29 244 881,91 €	22 180 474,56 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	2 190 803,42 €			10 873 807,48 €		13 064 610,90 €	2 117 345,79 €
D9	Despesa com ativos financeiros							34 107,75 €
D10	Despesa com passivos financeiros	2 190 803,42 €			10 873 807,48 €		13 064 610,90 €	2 083 238,04 €
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	25 042 175,54 €		3 975 311,41 €	13 292 005,86 €		42 309 492,81 €	24 297 820,35 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					522 402,43 €	522 402,43 €	266 256,12 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 859 273,19 €		140 888,55 €	189 480,95 €	1 370 403,36 €	6 560 046,05 €	7 392 471,21 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	4 859 273,19 €		140 888,55 €	189 480,95 €		5 189 642,69 €	6 327 043,91 €
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]					1 370 403,36 €	1 370 403,36 €	1 065 427,30 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	1 133 169,86 €		-145 307,82 €	-2 418 198,38 €		-1 430 336,34 €	1 889 309,15 €
DA10	Despesa primária	22 559 905,26 €		3 975 311,41 €	2 418 198,38 €		28 953 415,05 €	21 828 252,10 €
DA11	Saldo corrente	6 926 573,56 €		73 034,44 €			6 999 608,00 €	7 406 303,01 €
DA12	Saldo de capital	-5 807 303,52 €		-218 342,26 €	-2 418 198,38 €		-8 443 844,16 €	-5 521 974,57 €
DA13	Saldo primário	1 424 636,72 €		-145 307,82 €	-2 418 198,38 €		-1 138 869,48 €	2 241 531,61 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	29 901 448,73 €		4 116 199,96 €	13 481 486,81 €		47 499 135,50 €	30 624 864,26 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	25 042 175,54 €		3 975 311,41 €	13 292 005,86 €		42 309 492,81 €	24 297 820,35 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	Liquidações	2021	2020
	Receita corrente	325 056,31	394 172,89
R1	Receita fiscal		
R11	Impostos diretos		
R12	Impostos indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	83 454,94	84 955,46
R4	Rendimentos de propriedade	300,00	211 415,73
R5	Transferências e subsídios correntes	96 296,26	7 461,02
R51	Transferências correntes	96 296,26	7 461,02
R511	Administrações Públicas	92 350,87	3 515,63
R5111	Administração Central - Estado Português		
R5112	Administração Central - Outras entidades	92 350,87	3 515,63
R5113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional		
R5115	Administração Local		
R512	Exterior - U E		
R513	Outras	3 945,39	3 945,39
R6	Venda de bens e serviços	139 806,10	82 631,67
R7	Outras receitas correntes	5 199,01	7 709,01
	Receita de capital	496 400,85	615 518,49
R8	Venda de bens de investimento		
R9	Transferências e subsídios de capital	496 400,85	615 518,49
R91	Transferências de capital	496 400,85	615 518,49
R911	Administrações Públicas	496 400,85	615 518,49
R9111	Administração Central - Estado Português	496 400,85	615 518,49
R9112	Administração Central - Outras entidades		
R9113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional		
R9115	Administração Local		
R912	Exterior - U E		
R913	Outras		
R92	Subsídios de capital		
R10	Outras receitas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	38 856,01	35 264,77
	Receita efetiva [2]	860 313,17	1 044 956,15
	Receita não efetiva [3]		
R12	Receita com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros		
	Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]	860 313,17	1 044 956,15

Rubrica	Obrigações	2021	2020
	Despesa corrente	335 217,08	328 321,92
D1	Despesas com o pessoal	173 272,73	183 748,71
D11	Remunerações Certas e Permanentes	84 113,42	84 812,16
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 638,59	861,47
D13	Segurança social	87 520,72	98 075,08
D2	Aquisição de bens e serviços	137 921,92	121 798,33
D3	Juros e outros encargos	9 639,93	6 883,92
D4	Transferências e subsídios correntes	12 635,99	11 266,06
D41	Transferências correntes	12 635,99	11 266,06
D411	Administrações Públicas	1 686,77	3 252,94
D4111	Administração Central - Estado Português		
D4112	Administração Central - Outras entidades	1 686,77	3 252,94
D4113	Segurança Social		
D4114	Administração Regional		
D4115	Administração Local		
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	9 745,01	5 850,00
D413	Famílias	1 204,21	2 163,12
D42	Outras		
D5	Outras despesas correntes	1 746,51	4 624,90
	Despesa de capital	13 441,40	39 951,76
D6	Investimento	13 441,40	39 951,76
D7	Transferências e subsídios de capital		
D71	Transferências de capital		
D711	Administrações Públicas		
D7111	Administração Central - Estado Português		
D7112	Administração Central - Outras entidades		
D7113	Segurança Social		
D7114	Administração Regional		
D7115	Administração Local		
D712	Entidades do Setor não Lucrativo		
D713	Famílias		
D714	Outras		
D72	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital		
	Despesa efetiva [5]	339 018,55	361 389,76
	Despesa não efetiva [6]		
D9	Despesa com ativos financeiros		22 539,39
D10	Despesa com passivos financeiros		22 539,39
	Despesa Total [7] = [5] + [6]	348 658,48	390 813,07



[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2 0 2 1

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Município da Trofa

Balanço consolidado em 31/12/2021

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	105 620 557,26	98 601 606,11
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	138 179,75	200 658,76
Participações financeiras	18;20	1 474 076,41	1 473 908,41
Outras ativos financeiros			
		107 232 813,42	100 276 173,28
Ativo corrente			
Inventários	10	51 195,43	63 887,50
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18;19	688 317,88	579 670,09
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	487 806,11	704 750,32
Estado e outros entes públicos	18	74 434,90	57 325,66
Outras contas a receber	18	8 047 395,19	7 691 851,64
Diferimentos	18	25 087,77	22 135,20
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1;18	6 646 147,02	7 501 522,42
		16 020 384,30	16 621 142,83
Total do ativo		123 253 197,72	116 897 316,11
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital		34 768 976,84	34 719 877,32
Prémios de emissão			
Reservas		809 563,73	624 045,78
Resultados transitados		17 250 937,07	13 107 066,64
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		31 209 252,94	29 199 756,59
Resultado líquido do período		3 708 278,96	3 636 994,85
Interesses que não controlam			
	18	87 747 009,54	81 287 741,18
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 832 989,10	2 319 685,18
Financiamentos obtidos	7	25 712 245,85	26 152 042,61
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	18	743 987,96	770 337,60
		28 289 222,91	29 242 065,39
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	18	820 333,19	688 836,48
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	198 596,55	207 232,93
Financiamentos obtidos	7	2 926 131,54	2 715 301,09
Fornecedores de investimentos	18	12 836,60	45 873,96
Outras contas a pagar	18	1 658 351,38	1 459 321,68
Diferimentos	18	223 469,68	170 503,44
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros	18	1 377 246,33	1 080 439,96
		7 216 965,27	6 367 509,54
Total do Passivo		35 506 188,18	35 609 574,93
Total Património Líquido e Passivo		123 253 197,72	116 897 316,11

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Entidade: Município da Trofa

Demonstração dos resultados por naturezas consolidado

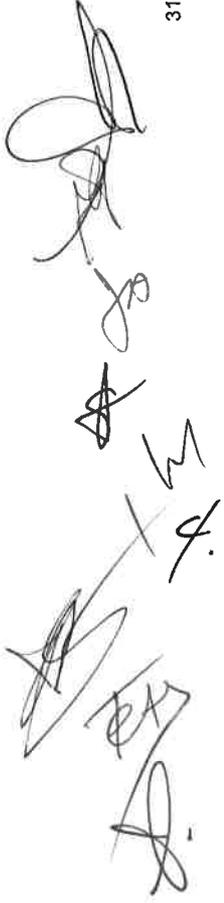
Unidade Monetária: (€)

Período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	13;14	11 492 451,31	10 262 162,41
Vendas	13	4 447,34	7 175,15
Prestações de serviços e concessões	13	2 080 216,70	1 914 707,47
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	10 956 543,04	10 017 988,62
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		57,41	-2 553,79
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-373 713,71	-479 972,03
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 508 497,89	-5 697 315,57
Gastos com pessoal	19	-7 585 236,98	-7 499 935,77
Transferências e subsídios concedidos	24	-2 825 326,23	-1 896 720,58
Prestações sociais	24	-30 702,75	-26 357,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-57 428,85	-8 332,76
Provisões (aumentos/reduções)	15	469 729,35	67 148,06
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13;14	1 974 069,69	2 029 178,29
Outros gastos e perdas	25	-1 350 261,95	-1 370 760,15
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		8 246 346,48	7 316 412,09
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5	-4 202 718,78	-3 328 577,76
Imparidade de Investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		4 043 627,70	3 987 834,33
Juros e rendimentos similares obtidos	13	0,00	17 053,89
Juros e gastos similares suportados	7	-335 348,74	-367 893,37
Resultado antes de impostos		3 708 278,96	3 636 994,85
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		3 708 278,96	3 636 994,85

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 2021

Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido						
		Capital / Património Realizado	Outros instrum. de capital próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período			Total					
Posição no início do Período																			
(Saldo inicial de cada conta) (1)		34 719 877,32		624 045,78		0,00	13 107 066,64				29 199 756,59		3 636 994,85		81 287 741,18			81 287 741,18	
Alterações no período																			
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0																		
Alterações de políticas contabilísticas																			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																			
Realização do excedente de revalorização																			
Excedentes de revalorização e respetivas variações																			
Transferências e subsídios de capital																			
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	49 099,52		185 517,95		0,00	4 143 870,43				2 009 496,35		-3 636 994,85		2 009 496,35			2 009 496,35	
Resultado Líquido Período (2)		49 099,52		185 517,95		0,00	4 143 870,43				2 009 496,35		-3 636 994,85		2 750 989,40			2 750 989,40	
Resultado Integral (3)																			
(4) = (2) + (3)																			
Operações com Detentores de Capital no Período																			
Realização de capital/património																			
Entradas para cobertura de perdas																			
Outras operações																			
Posição no Fim do Período (6) = (1) + (2) + (3) + (5)	18	34 768 976,84		809 563,73		0,00	17 250 937,07				31 209 252,94		3 708 278,96		87 747 009,54			87 747 009,54	



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO 2020

Designação:	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Total do património líquido					
		Capital / Património Realizado	Outros instrum. de capital próprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período		Total	Interesses que não controlam			
Posição no início do Período		30 689 331,14		361 921,05		730 801,70	8 258 554,52							5 227 952,39	45 268 560,79		45 268 560,79
Alterações no período																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0					-730 801,70	1 456 418,63								27 787 258,98		28 512 875,91
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização																	
Excedentes de revalorização e respetivas variações																	
Transferências e subsídios de capital																	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18	4 030 546,19		262 124,73		3 332 093,49									1 381 563,62		1 381 563,62
		4 030 546,19		262 124,73		730 801,70	4 848 512,12								29 199 756,59		32 382 185,54
Resultado Líquido Período	(2)																
Resultado Integral	(3)																
Operações com Detentores de Capital no Período	(4)=(2)+(3)																
Realização de capital/património																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
Posição no Fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	18	34 719 877,32		624 045,78		0,00	13 107 066,64								29 199 756,59		81 287 741,38



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Entidade: Município da Trofa

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado

Unidade Monetária: (€)

Período findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 842 757,47	1 793 904,92
Recebimentos de contribuintes		10 011 672,85	9 662 393,68
Recebimentos de utentes		2 265 993,03	1 485 869,32
Pagamentos a fornecedores		-7 030 698,93	-6 333 739,58
Pagamentos ao pessoal		-6 237 425,98	-6 068 569,66
Caixa gerada pelas operações		852 298,44	539 858,68
Outros recebimentos /pagamentos	13	6 571 005,41	7 170 586,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		7 423 303,85	7 710 444,95
Fluxos de de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 780 815,52	-7 134 344,04
Ativos fixos Intangíveis		-39 682,28	-122 091,04
Propriedades de investimento			-34 107,75
Investimentos financeiros			-1 000,00
Outros ativos		-444 509,56	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		510,60	25 351,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao Investimento			
Transferências de capital		4 660 741,14	2 223 944,23
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			17 053,89
Fluxos de caixa das atividades de Investimento (b)		-7 603 755,62	-5 025 193,71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		13 357 546,02	1 393 328,64
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-13 645 653,41	-2 353 123,93
Juros e gastos similares		-386 816,24	-377 904,15
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c):		-674 923,63	-1 337 699,44
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-855 375,40	1 347 551,80
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no Início do período		7 501 522,42	6 153 970,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 646 147,02	7 501 522,42
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no Início do período		7 501 522,42	6 153 970,62
*Equivalência a caixa no início do período		7 501 522,42	6 153 970,62
*Variações cambiais de caixa no início do período			
=Saldo da gerência anterior		7 501 522,42	6 153 970,62
De execução orçamental		6 436 095,11	5 195 366,70
De operações de tesouraria		1 065 427,31	958 603,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 646 147,02	7 501 522,42
*Equivalência a caixa no fim do período		6 646 147,02	7 501 522,42
*Variações cambiais de caixa no fim do período			
=Saldo para a gerência seguinte		6 646 147,02	7 501 522,42
De execução orçamental		5 275 743,66	6 436 095,11
De operações de tesouraria		1 370 403,36	1 065 427,31



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE 2021

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, concretamente a Norma de Contabilidade Pública 1, que estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral, componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Câmara Municipal da Trofa

Endereço: Rua das Indústrias, 393

Código da classificação orgânica: Autarquia Local

Tutela: Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, Secretaria de Estado da Descentralização e da Administração Local.

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Município da Trofa foi criado em 14/12/1998 com a publicação da Lei n.º 83/98 de 14 de dezembro e da Lei n.º 48/99, de 16 de junho que estabelece o novo regime de instalação de novos municípios. Principal legislação aplicável: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Designação e sede da entidade consolidante: O Município da Trofa é a entidade mãe do grupo municipal, sendo a sede a anteriormente referida.

Período das Demonstrações Financeiras Consolidadas: De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.



Organização contabilística: A Câmara Municipal da Trofa tem a sua contabilidade organizada nos termos do SNC-AP, no cumprimento das normas e princípios contabilísticos nele previsto, de modo a que as suas demonstrações financeiras e a sua execução orçamental traduzam, de forma verdadeira e apropriada, a situação económico-financeira. As demonstrações financeiras consolidadas do Município da Trofa foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e, define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

A Câmara Municipal da Trofa dispõe de um Manual de Controlo Interno e do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão – 3ª Revisão.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.**

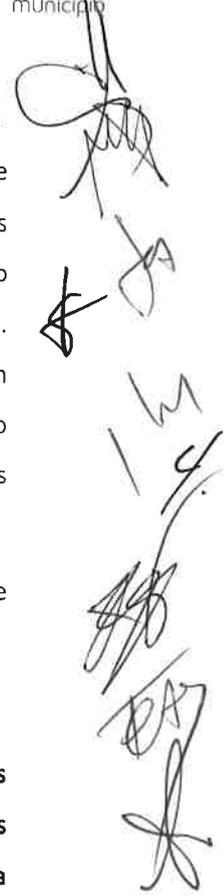
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pela primeira vez em 2020, de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Inclui o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer do exercício, não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

b) **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

Não são comparáveis em virtude da regularização descrita na nota 18, cujos valores comparativos não foram reexpressos.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

- c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Não aplicável.

- d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. De acordo com o artigo 13.º da Norma do Sistema de Controlo Interno, a importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Câmara Municipal da Trofa, ou seja, não deve ultrapassar o limite de 2 500 euros.

Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte ou, atentas as condições de segurança, por meio de depósito em cofre noturno.

- e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Quadro 15. Desagregação da caixa e depósitos

Conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2 491,13	132 549,15
Depósitos à ordem	5 275 796,93	6 304 821,40
Depósitos bancários à ordem	5 275 796,93	6 304 821,40
Outros Depósitos	1 367 858,96	1 064 151,87
Depósitos de garantias e cações	1 367 858,96	1 064 151,87
	6 646 147,02	7 501 522,42

Os depósitos de garantias e cações são registados em depósitos bancários à ordem.



NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a Estrutura Concetual e as NCP.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidado.

Informação Comparativa

As demonstrações financeiras consolidadas devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas. A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras consolidadas quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não foram compensados.

Continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo Autárquico do Município da Trofa continuará a sua atividade no futuro.



Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos com os quais se relacionam.

Erros

Erros são incorreções e/ou omissões em um ou mais períodos, com respeito ao reconhecimento, mensuração, apresentação ou divulgação de elementos das demonstrações financeiras consolidadas.

Quando um erro é descoberto num determinado período e ocorreu nesse período, a sua correção faz-se dentro do período antes de as demonstrações financeiras consolidadas estarem preparadas. Quando um erro é descoberto num determinado período, mas ocorreu num período anterior, a sua correção é feita retrospectivamente nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para efeitos comparativos reexpressando as quantias comparativas do período anterior apresentado.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

Ativos intangíveis (NCP3)

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

Acordos de concessão de serviços: Concedente (NCP4)

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com um ativo de concessão em nome do concedente. O Grupo Autárquico deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito de acordos de concessão de serviços, desde que o Grupo Autárquico, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido como ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica onde estava registado e pela quantia por que estava registado. Após reconhecimento ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a NCP respetiva (Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis), numa classe de ativos separada.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventual remuneração do concedente ao concessionário ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

Ativos fixos tangíveis (NCP5)

Todos os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se mensurados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade. Nos bens avaliados por se desconhecer o seu custo histórico, foi considerado o valor de avaliação e para efeitos de amortização considerou-se o início da sua vida útil a data em que a avaliação foi realizada.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o valor do mercado para os ativos tangíveis móveis.

Nas cedências para domínio Público é considerado o valor de mercado.

Os ativos fixos tangíveis em curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis resultam da diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, e são contabilizados na Demonstração dos Resultados por Naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Locações (NCP6)

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerente à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

No caso de ser uma locação financeira, devem ser determinadas as quantias a reconhecer no início do prazo da locação, data a partir do qual o locatário pode exercer o direito de uso do ativo locado, nomeadamente, o reconhecimento do ativo fixo tangível e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Os juros e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do exercício a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas consolidada numa base linear durante o período do contrato de locação.

Custos de Empréstimos Obtidos (NCP7)

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime de acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Imparidade dos ativos (NCP9)

Esta norma define imparidade como uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerado de caixa a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou no potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, que é definida como a maior quantia entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o seu valor de uso, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados por naturezas.

Inventários (NCP10)

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada e detida para venda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico e prestação de serviços.

A mensuração de inventários é efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação (NCP 13 e NCP14)

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (NCP 15)

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

O passivo contingente não é reconhecido mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Acontecimentos após a data de relato (NCP17)

Os eventos ocorridos entre a data de relato (data do balanço) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço consolidado, se materiais, são divulgados nas notas.



Instrumento Financeiro (NCP18)

A NCP 18, define instrumento financeiro como um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. A aquisição de ações ou quotas próprias deve ser reconhecida como dedução ao capital próprio, pelo justo valor da retribuição paga pelos respetivos instrumentos de capital próprio, que corresponde ao preço de aquisição das ações.

Benefícios aos Empregados (NCP19)

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Grupo Autárquico em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Mensuração dos investimentos em entidades associadas e empreendimentos conjuntos (NCP22 e NCP23)

O Município da Trofa mensura os seus investimentos em entidades associadas de acordo com o método de equivalência patrimonial, nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no CIBE e no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em regime de duodécimos.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos os relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2022, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2021 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2022, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares relativas a 2021, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2021 os trabalhadores já tenham direito a receber mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2022, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2022 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2021, nomeadamente, rendas, prestações de serviços.



Gastos

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contábilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas numa perspectiva de continuidade.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Não aplicável.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.



2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Decorrente das circunstâncias pandémicas e das incertezas existentes relativamente à arrecadação de receita, foram consideradas para o cálculo das estimativas do Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama, os últimos 12 meses de recebimentos.

No que se refere à empresa municipal Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M., importa referir que nos anos de 2015 a 2020 foram imputados a rendimentos, proveitos da parceria com a Águas do Norte por valores estimados. Em 2021 ocorreu a comunicação, por parte daquela entidade, dos rendimentos efetivos, tendo originado um aumento dos rendimentos e uma diminuição do passivo em € 44.409,57.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores.

Foram considerados como erros materiais a regularização de amortizações de anos anteriores, no valor de € 859.941,96, a regularização de acréscimos de proveitos no valor de € 58.563,31 e a imputação do valor correspondente a subsídios ao investimento, de bens financiados e amortizados em anos anteriores, no valor de € 1.491.218,39.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas. As amortizações foram calculadas utilizando o método quotas constantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis, de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, para o ativo fixo intangível adquirido a partir de 01/01/2020 e CIBE, para o restante ativo fixo intangível (Município da Trofa) e SNC (Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M.).

Quadro 16. Vida útil estimada Ativos Fixos Intangíveis Município da Trofa

Ativo Fixo Intangível	CC2		CIBE	
	Vida útil estimada	Taxa de amortização	Vida útil estimada	Taxa de amortização
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos	33,33% a 20%	3 anos	33,33%
Propriedade industrial e intelectual	3 a 5 anos	33,33% a 20%	3 anos	33,33%



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 17. Vida útil estimada Ativos Fixos Intangíveis Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M

Ativo Fixo Intangível	SNC	
	Vida útil estimada	Taxa de amortização
Programas de computador	1 a 3 anos	33,33%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro 18. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas 2021

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	1 427 109,12	1 259 324,54		167 784,58	1 486 839,58	1 348 659,83		138 179,75
Propriedade industrial e intelectual	902,00	831,92		70,08	902,00	902,00		0,00
Outros								
Ativos intangíveis em curso	32 804,10			32 804,10				0,00
TOTAL	1 460 815,22	1 260 156,46		200 658,76	1 487 741,58	1 349 561,83		138 179,75

Quadro 19. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas 2020

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	20 614,80	9 760,70		10 854,10				
Programas de computador e sistemas de informação	1 287 285,41	1 215 077,44		72 207,97	1 427 109,12	1 259 324,54		167 784,58
Propriedade industrial e intelectual	902,00	692,44		209,56	902,00	831,92		70,08
Outros				0,00				
Ativos intangíveis em curso	153 526,45			153 526,45	32 804,10			32 804,10
TOTAL	1 462 328,66	1 225 530,58		236 798,08	1 460 815,22	1 260 156,46		200 658,76

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 20. Quantia escriturada e variações no período 2021

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Regularização de amortizações	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	167 784,58	13 622,89	46 863,00		755,43		-90 090,72	-755,43	138 179,75
Propriedade industrial e intelectual	70,08						-70,08		0,00
Outros ativos intangíveis									
Ativos intangíveis em curso	32 804,10	14 058,90	-46 863,00						0,00
TOTAL	200 658,76	27 681,79	0,00		755,43		-90 160,80	-755,43	138 179,75

Quadro 21. Quantia escriturada e variações no período 2020

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Regularização de amortizações	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento	10 854,10		-20 614,80		9 760,70				0,00
Programas de computador e sistemas de informação	72 207,97	57 420,91	92 237,70		9 834,90		-54 082,00	-9 834,90	167 784,58
Propriedade industrial e intelectual	209,56						-139,48		70,08
Outros ativos intangíveis									0,00
Ativos intangíveis em curso	153 526,45	34 091,60	-154 813,95						32 804,10
TOTAL	236 798,08	91 512,51	-83 191,05		19 595,60		-54 221,48	-9 834,90	200 658,76

Quadro 22. Ativos intangíveis – adições – 2021

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Expropri.	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão/ Cisão/ Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		13 622,89									13 622,89
Propriedade industrial e intelectual											
Outros											
Ativos intangíveis em curso		14 058,90									14 058,90
TOTAL		27 681,79									27 681,79

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 23. Ativos intangíveis – adições – 2020

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Expropr.	Doação	Dação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão/Cisão/ Reestruturação	Outras		
ATIVOS INTANGÍVEIS												
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Goodwill												
Projetos de desenvolvimento												
Programas de computador e sistemas de informação		57 420,91										57 420,91
Propriedade industrial e intelectual												
Outros												
Ativos Intangíveis em curso		34 091,60										34 091,60
TOTAL		91 512,51										91 512,51

Quadro 24. Ativos intangíveis – diminuições – 2021

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transf. Ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestrut. ou troca	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação					755,43	755,43
Propriedade industrial e intelectual						
Outros						
Ativos intangíveis em curso						
TOTAL					755,43	755,43

Quadro 25. Ativos intangíveis – diminuições – 2020

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transf. Ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestrut. ou troca	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação					9 834,90	9 834,90
Propriedade industrial e intelectual						
Outros						
Ativos intangíveis em curso						
TOTAL					9 834,90	9 834,90

Nota 4. Acordos de concessão de serviços: concedente

No seguinte quadro estão identificados os contratos de concessão. De salientar que relativamente aos acordos de concessão não existem pagamentos efetuados aos concessionários, existindo apenas em relação ao concessionário E-Redes- Distribuição de Energia, S.A., o recebimento de uma renda. Estes contratos referem-se ao Município da Trofa.

Quadro 26. Acordos de concessão de serviços- 2021

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E- Redes- Distribuição de Energia, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação alimentadores das redes. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20A	-	-	-	-
Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água	Indaqua Santo Tirso/Trofa-Gestão de águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.	Infraestruturas de abastecimento de água existentes	35A	-	-	-	-
Exploração dos serviços públicos de saneamento de águas residuais urbanas-Parceria Pública	Águas do Norte, S.A.	Infraestruturas dos sistemas municipais de saneamento de águas residuais urbanas		-	-	-	-

Quadro 27. Acordos de concessão de serviços- 2020

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E- Redes- Distribuição de Energia, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação alimentadores das redes. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20A	-	-	-	-
Concessão do serviço público municipal de abastecimento de água	Indaqua Santo Tirso/Trofa-Gestão de águas de Santo Tirso e Trofa, S.A.	Infraestruturas de abastecimento de água existentes	35A	-	-	-	-
Exploração dos serviços públicos de saneamento de águas residuais urbanas-Parceria Pública	Águas do Norte, S.A.	Infraestruturas dos sistemas municipais de saneamento de águas residuais urbanas		-	-	-	-

Considerando a inexistência de informação, já solicitada a ambas as entidades, não foi possível proceder à sua contabilização nos termos previstos na NCP4.

Nota 5. Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em regime de duodécimos e CIBE- Cadastro e Inventário das Bens do Estado, Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, para os bens móveis adquiridos até 31/12/2019 (Município da Trofa) e SNC (Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M.).

Quadro 28. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis, Município da Trofa

Ativo Fixo Tangível	CC2		CIBE	
	Vida útil estimada	Taxa de amortização	Vida útil estimada	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	10% a 1%	20 a 149 anos	5% a 0,67%
Equipamento básico	4 a 10 anos	25% a 10%	2 a 8 anos	50% a 12,5%
Equipamento de transporte	4 a 10 anos	25% a 10%	5 a 20 anos	20% a 5%
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	25% a 12,5%	3 a 8 anos	33,33% a 12,5%
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	50% a 12,5%	2 a 8 anos	50% a 12,5%

Quadro 29. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis, Trofáguas, Serviços Ambientais, E.M

Ativo Fixo Tangível	SNC	
	Vida útil estimada	Taxa de amortização
Equipamento básico	1 a 40 anos	100% a 2,5%
Equipamento administrativo	1 a 16 anos	100% a 6,25%
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 32 anos	100% a 3,125%

A depreciação das edificações atende à natureza dos materiais utilizados e tecnologias utilizados, nomeadamente:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 30. Vida útil estimada Ativos Fixos Tangíveis- Edifícios e outras construções, Município da Trofa

Edifícios e outras construções	Vida útil estimada CC2	Taxa de amortização
Alvenaria de pedra	100 anos	1%
Betão armado com percentagem de alvenaria de tipo tijolo	50 anos	2%
Alvenaria do tipo gaioleiro	20 anos	5%
Construções ligeiras	10 anos	10%
Materiais betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20 anos	5%

Não foi possível inventariar todos os bens pela falta de conclusão entre o Município de Santo Tirso e este Município, do relatório de transmissão de bens, universalidades, direitos e obrigações, a que alude o artigo 11º da Lei n.º 48/99, de 16 de junho.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidado encontra-se de seguida.



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 31. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas – 2021

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 620 046,91			16 620 046,91	17 930 087,17			17 930 087,17
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas	50 905 748,65	32 564 119,54		18 341 629,11	53 773 190,02	35 596 480,47		18 176 709,55
Patrimônio histórico, artístico e cultural	113 731,30			113 731,30	155 284,02			155 284,02
Outros								
Bens de domínio público em curso	4 698 371,92			4 698 371,92	6 144 276,47			6 144 276,47
	72 337 898,78	32 564 119,54		39 773 779,24	78 002 837,68	35 596 480,47		42 406 357,21
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 237 544,94			7 237 544,94	7 268 911,69			7 268 911,69
Edifícios e outras construções	46 025 712,63	9 998 599,94		36 027 112,69	46 657 711,93	11 073 263,21		35 584 448,72
Equipamento básico	18 773 278,26	8 253 093,85		10 520 184,41	18 851 537,30	8 788 470,77		10 063 066,53
Equipamento de transporte	1 306 783,59	962 173,89		344 609,70	1 342 439,48	1 006 199,95		336 239,53
Equipamento administrativo	2 351 397,37	1 916 918,36		434 479,01	2 408 686,35	2 064 532,08		344 154,27
Equipamentos biológicos								
Outros	1 888 526,72	1 491 388,69		397 138,03	2 045 035,28	1 591 240,58		453 794,70
Ativos fixos tangíveis em curso	3 866 758,09			3 866 758,09	9 163 584,61			9 163 584,61
	81 450 001,60	22 622 174,73		58 827 826,87	87 737 906,64	24 523 706,59		63 214 200,05
TOTAL	153 787 900,38	55 186 294,27		98 601 606,11	165 740 744,32	60 120 187,06		105 620 557,26

Quadro 32. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas – 2020

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	12 845 923,75			12 845 923,75	16 620 046,91			16 620 046,91
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas	44 120 857,09	29 264 769,04		14 856 088,05	50 905 748,65	32 564 119,54		18 341 629,11
Património histórico, artístico e cultural	113 731,30			113 731,30	113 731,30			113 731,30
Outros								
Bens de domínio público em curso	8 133 372,03			8 133 372,03	4 698 371,92			4 698 371,92
	65 213 884,17	29 264 769,04		35 949 115,13	72 337 898,78	32 564 119,54		39 773 779,24
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	6 805 004,04			6 805 004,04	7 237 544,94			7 237 544,94
Edifícios e outras construções	41 874 234,21	9 040 887,87		32 833 346,34	46 025 712,63	9 998 599,94		36 027 112,69
Equipamento básico	18 405 274,24	7 699 760,04		10 705 514,20	18 773 278,26	8 253 093,85		10 520 184,41
Equipamento de transporte	1 327 410,22	922 849,46		404 560,76	1 306 783,59	962 173,89		344 609,70
Equipamento administrativo	2 294 222,11	2 081 944,86		212 277,25	2 351 397,37	1 916 918,36		434 479,01
Equipamentos biológicos								
Outros	1 827 879,48	1 401 577,36		426 302,12	1 888 526,72	1 491 388,69		397 138,03
Ativos fixos tangíveis em curso	4 945 601,37			4 945 601,37	3 866 758,09			3 866 758,09
	77 479 625,67	21 147 019,59		56 332 606,08	81 450 001,60	22 622 174,73		58 827 826,87
TOTAL	142 693 509,84	50 411 788,63		92 281 721,21	153 787 900,38	55 186 294,27		98 601 606,11

Quadro 33. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período – 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia Escriturada Inicial	Variações do período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Regularização de amortizações	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	16 620 046,91	924 079,26	385 961,00							17 930 087,17
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas	18 341 629,11	29 291,83	2 838 149,54		-780 352,20		-2 252 008,73			18 176 709,55
Património histórico, artístico e cultural	113 731,30	41 552,72								155 284,02
Outros										
Bens de domínio público em curso	4 698 371,92	4 670 015,09	-3 224 110,54							6 144 276,47
	39 773 779,24	5 664 938,90	0,00		-780 352,20		-2 252 008,73			42 406 357,21
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	7 237 544,94	31 366,75								7 268 911,69
Edifícios e outras construções	36 027 112,69	92 485,11	539 514,19		+78 740,41		-995 922,86			35 584 448,72
Equipamento básico	10 520 184,41	85 312,79			3 900,33		-539 277,25	-7 053,75		10 063 066,53
Equipamento de transporte	344 609,70	68 366,08					-76 736,25	-32 897,69		303 341,84
Equipamento administrativo	434 479,01	58 978,33			34 587,04		-149 303,07	-1 689,35		377 051,96
Equipamentos biológicos										0,00
Outros	397 138,03	156 508,56			-542,07		-99 309,82			453 794,70
Ativos fixos tangíveis em curso	3 866 758,09	5 836 340,71	-539 514,19							9 163 584,61
	58 827 826,87	6 329 358,33	0,00		-40 795,11		-1 860 549,25		-41 640,79	63 214 200,05
TOTAL	98 601 606,11	11 994 297,23	0,00		-821 147,31		-4 112 557,98		-41 640,79	105 620 557,26

Quadro 34. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período – 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia Escriturada Inicial	Variações do período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Regularização de amortizações	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	12 845 923,75	3 797 084,56	-22 961,40						0,00	16 620 046,91
Edifícios e outras construções										0,00
Infraestruturas	14 856 088,05	103 521,92	6 687 396,64		-1 616 795,44		-1 682 555,06		-6 027,00	18 341 629,11
Património histórico, artístico e cultural	113 731,30									113 731,30
Outros										0,00
Bens de domínio público em curso	8 133 372,03	3 247 184,63	-6 682 184,74						0,00	4 698 371,92
	35 949 115,13	7 147 791,11	-17 749,50	0,00	-1 616 795,44	0,00	-1 682 555,06		-6 027,00	39 773 779,24
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	6 805 004,04	435 820,90	22 961,40						-26 241,40	7 237 544,94
Edifícios e outras construções	32 833 346,34	339 176,40	3 812 302,02		-195 147,11		-762 564,96			36 027 112,69
Equipamento básico	10 705 514,20	296 420,47	79 346,76		-2 233,65		-552 821,37		-6 042,00	10 520 184,41
Equipamento de transporte	404 560,76	8 500,00			29 314,13		-68 451,06		-29 314,13	344 609,70
Equipamento administrativo	212 277,25	340 354,26			11 881,99		-118 152,50		-11 881,99	434 479,01
Equipamentos biológicos										0,00
Outros	426 302,12	60 647,24					-89 811,33			397 138,03
Ativos fixos tangíveis em curso	4 945 601,37	2 755 441,15	-3 834 284,43							3 866 758,09
	56 332 606,08	4 236 360,42	80 325,75	0,00	-156 184,64	0,00	-1 591 801,22		-73 479,52	58 827 826,87
TOTAL	92 281 721,21	11 384 151,53	62 576,25	0,00	-1 772 980,08	0,00	-3 274 356,28		-79 506,52	98 601 606,11

O valor das transferências internas da entidade, corresponde à passagem de ativos fixos tangíveis em curso para fixo, de algumas empreitadas que ficaram concluídas.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 35. Ativos fixos tangíveis – adições – 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		907 706,45	6 924,70			9 448,11					924 079,26
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		29 291,83									29 291,83
Património histórico, artístico e cultural									41 552,72		41 552,72
Outros											
Bens de domínio público em curso		4 670 015,09									4 670 015,09
		5 607 013,37	6 924,70			9 448,11				41 552,72	5 664 938,90
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		21 376,75							9 990,00		31 366,75
Edifícios e outras construções		92 485,11									92 485,11
Equipamento básico		85 312,79									85 312,79
Equipamento de transporte		9 225,00						59 141,08			68 366,08
Equipamento administrativo		58 978,33									58 978,33
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		156 508,56									156 508,56
Ativos fixos tangíveis em curso		5 836 340,71									5 836 340,71
		6 260 227,25						59 141,08		9 990,00	6 329 358,33
TOTAL		11 867 240,62	6 924,70			9 448,11		59 141,08		51 542,72	11 994 297,23

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 36. Ativos fixos tangíveis – adições – 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		348 768,17	3 395 740,10	22 961,40		6 653,49				22 961,40	3 797 084,56
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas		103 521,92									103 521,92
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Outros											0,00
Bens de domínio público em curso		3 237 221,63								9 963,00	3 247 184,63
		3 689 511,72	3 395 740,10	22 961,40		6 653,49				32 924,40	7 147 791,11
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		191 283,40		2 925,00						241 612,50	435 820,90
Edifícios e outras construções		3 048,90								336 127,50	339 176,40
Equipamento básico		296 420,47									296 420,47
Equipamento de transporte		8 500,00									8 500,00
Equipamento administrativo		327 245,76				13 108,50					340 354,26
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		58 925,24				1 722,00					60 647,24
Ativos fixos tangíveis em curso		2 755 441,15									2 755 441,15
		3 640 864,92		2 925,00		14 830,50				577 740,00	4 236 360,42
TOTAL		7 330 376,64	3 395 740,10	25 886,40		21 483,99				610 664,40	11 384 151,53

Quadro 37. Ativos fixos tangíveis – Diminuições – 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-7 053,75	-7 053,75
Equipamento de transporte	-32 897,69					-32 897,69
Equipamento administrativo					-1 689,35	-1 689,35
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
	-32 897,69				-8 743,10	-41 640,79
TOTAL	-32 897,69				-8 743,10	-41 640,79

Quadro 38. Ativos fixos tangíveis – Diminuições – 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					6 027,00	6 027,00
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
					6 027,00	6 027,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	650,00	25 591,40				26 241,40
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					6 042,00	6 042,00
Equipamento de transporte	29 314,13					29 314,13
Equipamento administrativo					11 881,99	11 881,99
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
	29 964,13	25 591,40			17 923,99	73 479,52
TOTAL	29 964,13	25 591,40			23 950,99	79 506,52

Nota 6 - Locações

Em 31 de dezembro de 2021, apenas o Município da Trofa, mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Quadro 39. Locações financeiras - Locatário

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como gastos do período
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juros	Capital	Juros						
43.4.2 Transportes Rodoviários	51 748,48	7 278,19	112,16	7 278,19	112,16	14 560,32	37 302,57		51 862,89		
Total	51 748,48	7 278,19	112,16	7 278,19	112,16	14 560,32	37 302,57	0,00	51 862,89	0,00	0,00

Os acordos de locação financeira significativos, por parte do Município da Trofa, que se encontravam em vigor a 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Quadro 40. Descrição dos acordos de locação financeira significativos

N.º contrato	Locador	Bem locado	Critério determinação das rendas contingentes a pagar	Data início	Data fim	Termos renovação	Opções de compra
237595	Santander Totta	2 Viaturas Elétricas		15/07/2021	15/07/2025	Não	Sim

Não se apresenta mapa comparativo do ano 2020, por inexistência de contratos de leasing.

Relativamente aos contratos de locação operacional referenciam-se os contratos mais relevantes e com duração superior a 1 ano.

Quadro 41. Contratos de arrendamento

Contratos de Arrendamento	Valor mensal do contrato
Edifícios	17 586,02 €
Horto	250,00 €
Total	17 836,02 €

Quadro 42. Descrição dos acordos de locação operacional significativos

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulados		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes				
CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO N.º 116/14/CA/RP DA PLATAFORMA DA VIA DA LINHA DO MINHO, ENTRE O KM 21,300 E O KM 23,700 PARA ADAPTAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMO ECOPISTA.	18 450,00 €	1 476,00 €	45,44 €	3 690,00 €	16,92 €	738,00 €	2 952,00 €	9 594,00 €	13 284,00 €
CONTRATO N.º 53/16/CM/IPP DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE EDIFICADO E PARCELA DE TERRENO ENVOLVENTE À ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA TROFA, ENTRE OS KM 22,625 E 23,020 DA LINHA DO MINHO.	421 650,15 €	7 380,00 €	316,23 €	25 467,15 €	366,05 €	20 024,40 €	77 637,60 €	291 141,00 €	388 803,00 €
CONTRATO N.º 05/20/CA/IPP - CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENO PARA PARQUE DE ESTACIONAMENTO, ADJACENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA TROFA, ENTRE OS KMS 22,505 E 22,560, DE AMBOS OS LADOS DA LINHA DO MINHO.	18 450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	615,00 €	2 460,00 €	15 375,00 €	18 450,00 €
CONTRATO N.º 06/20/CA/IPP - CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENO, SITO NO APEADEIRO DA PORTELA, ENTRE OS KM 18,115 E 18,360 DA LINHA DO MINHO.	354 240,00 €	14 760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 760,00 €	59 040,00 €	265 680,00 €	339 480,00 €
CONTRATO N.º 07/20/CA/IPP DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE PARTE DO EDIFÍCIO DE PASSAGEIROS (ID 153) DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO ROMÃO, AO KM 015,615 DA LINHA DO MINHO.	387 450,00 €	27 675,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27 675,00 €	110 700,00 €	221 400,00 €	359 775,00 €
CONTRATO N.º 121/20/CA/IPP DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENO PARA PARQUE DE ESTACIONAMENTO, ADJACENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA TROFA, ENTRE OS KMS 22,460 E 22,780, DE AMBOS OS LADOS DA LINHA DO MINHO.	29 962,80 €	1 033,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 033,20 €	4 132,80 €	23 763,60 €	28 929,60 €

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, a posição do Grupo Autárquico, relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contratados, é a seguinte:

Quadro 43. Mapa Empréstimos – 2021

Entidade	Data do contrato	Data de visto	Prazo do contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos ano vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
MAPA DE EMPRÉSTIMOS																
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO																
MUNICÍPIO DA TROFA																
Caixa Geral de Depósitos	22/12/2004	28/01/2005	20	746 000,00 €	746 000,00 €	2,51%		542 637,63 €	167 041,48 €	709 679,11 €	67 745,13 €	127,10 €	67 872,23 €		203 362,37 €	135 617,24 €
Caixa Geral de Depósitos	01/08/2005	22/08/2005	25	438 012,00 €	413 725,60 €	2,41%		216 716,57 €	74 809,33 €	291 525,90 €	19 700,90 €	0,00 €	19 700,90 €		197 009,03 €	177 308,13 €
Caixa Geral de Depósitos	01/08/2005	22/08/2005	20	456 949,00 €	456 949,00 €	2,41%		316 776,54 €	103 187,11 €	419 963,65 €	28 034,50 €	0,00 €	28 034,50 €		140 172,46 €	112 137,96 €
Caixa Geral de Depósitos	20/08/2006	08/10/2006	25	900 665,60 €	900 665,60 €	3,73%		452 265,67 €	130 911,30 €	583 176,97 €	40 763,63 €	0,00 €	40 763,63 €		448 399,93 €	407 636,30 €
Caixa Geral de Depósitos	28/09/2006	12/11/2006	25	1 819 651,20 €	1 819 651,20 €	1,53%		986 004,06 €	111 070,03 €	1 067 074,09 €	75 099,76 €	0,00 €	75 099,76 €		863 647,14 €	788 547,38 €
Caixa Geral de Depósitos	28/09/2006	12/11/2006	25	827 451,20 €	827 451,20 €	1,53%		434 724,34 €	50 506,95 €	485 231,29 €	34 150,16 €	0,00 €	34 150,16 €		392 726,86 €	358 576,70 €
Banco Espírito Santo, SA	11/10/2006	08/10/2006	20	2 493 989,49 €	2 493 989,49 €	4,71%	2,36%	2 401 614,71 €	472 025,43 €	2 873 640,14 €	92 374,78 €	138,49 €	92 513,27 €		92 374,78 €	0,00 €
Banco BPI, SA	28/09/2017	26/11/2017	15	5 416 497,36 €	5 416 497,36 €	1,50%	1,50%	846 327,70 €	191 594,49 €	1 037 922,19 €	4 570 169,66 €	49 524,28 €	4 619 693,94 €		4 570 169,66 €	0,00 €
Banco Santander, Totta, SA	28/09/2017	26/11/2017	15	7 966 650,22 €	7 966 650,22 €	1,90%	1,90%	1 244 789,05 €	352 897,70 €	1 597 686,75 €	6 721 861,17 €	90 367,96 €	6 812 229,13 €		6 721 861,17 €	0,00 €
Caixa Geral de Depósitos	29/09/2017	26/11/2017	15	10 902 074,65 €	10 750 792,52 €	1,40%	1,00%	2 612 959,15 €	376 490,84 €	2 989 449,99 €	957 675,76 €	85 071,11 €	1 042 746,87 €		8 137 833,37 €	7 180 157,61 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	02/02/2019	08/02/2019	15	1 009 113,23 €	1 009 113,23 €				676,11 €		38 812,05 €	0,00 €	38 812,05 €		1 009 113,23 €	970 301,18 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	02/02/2019	08/02/2019	15	4 975 443,43 €	3 184 386,03 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €		1 393 326,64 €	3 184 386,03 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	25/06/2020	14/09/2020	15	748 031,73 €	498 687,82 €						0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	498 687,82 €
Banco BPI, SA	03/02/2021	01/04/2021	13	6 721 861,17 €	6 472 903,36 €	1,06%	1,06%				248 957,86 €	19 440,29 €	268 398,15 €		0,00 €	6 223 945,50 €



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Banco Eurobic Português	11/02/2021	01/04/2021	13	4 570 159,66 €	4 400 904,12 €	1,00%	1,00%					169 255,54 €	12 469,23 €	181 734,77 €	0,00 €	4 231 638,58 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	03/03/2021	25/05/2021	15	581 980,00 €	193 993,33 €											193 993,33 €
SUB-TOTAL				50 574 539,94 €	47 552 360,08 €			10 024 815,42 €	2 031 210,77 €	12 055 350,08 €	13 064 610,90 €	257 138,46 €	13 321 749,36 €	0,00 €	24 462 933,76 €	
TROFÁGUAS, E.M.																
Banco Comercial Português, S.A.	24/03/2008			1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	4,42%		829 836,92 €	56 321,04 €	886 157,96 €	75 557,13 €	200,87 €	75 758,00 €	170 163,08 €	94 605,95 €	
Banco Comercial Português, S.A.	02/11/2006			1 427 000,00 €	1 427 000,00 €	3,68%		1 326 192,09 €	167 864,49 €	1 494 056,58 €	100 807,91 €	63,03 €	100 870,94 €	100 807,91 €	0,00 €	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras do Bourgo, C.R.L.	04/09/2020			1 030 882,18 €	1 030 882,18 €	1,16%		10 738,36 €	2 459,23 €	13 197,59 €	54 765,64 €	11 468,82 €	66 234,46 €	1 020 143,82 €	965 378,18 €	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.	04/09/2020			1 030 882,18 €	1 030 882,18 €	1,16%		10 738,36 €	2 459,23 €	13 197,59 €	54 765,64 €	11 468,82 €	66 234,46 €	1 020 143,82 €	965 378,18 €	
SUB-TOTAL				4 438 764,36 €	4 438 764,36 €			2 177 505,73 €	229 103,99 €	2 406 609,72 €	285 896,32 €	23 201,51 €	309 097,86 €	2 311 258,63 €	2 025 362,31 €	
TOTAL				55 063 301,30 €	52 041 124,44 €			12 202 321,15 €	2 260 314,76 €	14 461 959,80 €	13 550 507,22 €	280 340,00 €	13 630 847,22 €	26 481 257,27 €	25 488 296,07 €	



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 44. Mapa Empréstimos – 2020

Entidade	Data do contrato	Data de visto contrato	Prazo do contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos ano vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Empréstimos Bancários Médio e Longo prazo																
Câmara Municipal da Trofa																
Caixa Geral de Depósitos	22/12/2004	28/01/2005	20	746 000,00 €	746 000,00 €	2,51%		520 041,81 €	167 041,48 €	687 083,29 €	22 595,82 €			225 958,19 €	203 362,37 €	
Caixa Geral de Depósitos	01/08/2005	22/08/2005	25	438 012,00 €	413 725,60 €	2,41%		197 015,67 €	74 809,33 €	271 825,00 €	19 700,90 €			216 709,93 €	197 009,03 €	
Caixa Geral de Depósitos	01/08/2005	22/08/2005	20	456 949,00 €	456 949,00 €	2,41%		288 742,04 €	103 187,11 €	391 929,15 €	28 034,50 €			168 206,96 €	140 172,46 €	
Caixa Geral de Depósitos	20/08/2006	08/10/2006	25	900 665,60 €	900 665,60 €	3,73%		411 502,04 €	130 911,30 €	542 413,34 €	40 763,63 €			489 163,56 €	448 399,93 €	
Caixa Geral de Depósitos	28/09/2006	12/11/2006	25	1 819 651,20 €	1 819 651,20 €	1,53%		880 904,30 €	111 070,03 €	991 974,33 €	75 099,76 €			938 746,90 €	863 647,14 €	
Caixa Geral de Depósitos	28/09/2006	12/11/2006	25	827 451,20 €	827 451,20 €	1,53%		400 574,18 €	50 506,95 €	451 081,13 €	34 150,16 €			426 877,02 €	392 726,86 €	
Banco Espírito Santo, SA	11/10/2006	08/10/2006	20	2 493 989,49 €	2 493 989,49 €	4,71%	2,36%	2 309 239,93 €	471 664,19 €	2 780 904,12 €	92 374,78 €	361,24 €		184 749,56 €	92 374,78 €	
Banco BPI, SA	28/09/2017	26/11/2017	15	5 416 497,36 €	5 416 497,36 €	1,50%	1,50%	507 796,62 €	118 020,40 €	625 817,02 €	73 574,09 €			4 908 700,74 €	4 570 169,66 €	
Banco Santander Totta, SA	28/09/2017	26/11/2017	15	7 966 650,22 €	7 966 650,22 €	1,90%	1,90%	746 873,43 €	218 796,57 €	965 670,00 €	497 915,62 €	134 101,13 €		7 219 776,79 €	6 721 861,17 €	
Caixa Geral de Depósitos	29/09/2017	26/11/2017	15	10 902 074,65 €	10 750 792,52 €	1,40%	1,40%	1 678 887,36 €	255 462,63 €	1 934 349,99 €	934 071,79 €	121 028,21 €		9 071 905,16 €	8 137 833,37 €	
Agência de Desenvolvimento e Coesão	02/02/2019	08/02/2019	15	1 009 113,23 €	1 009 113,23 €							676,11 €		1 009 113,23 €	1 009 113,23 €	
Agência de Desenvolvimento e Coesão	02/02/2019	08/02/2019	15	4 179 985,91 €	1 393 328,64 €										1 393 328,64 €	
Agência de Desenvolvimento e Coesão	25/06/2020	14/09/2020	15	748 031,73 €												
SUB-TOTAL				37 905 071,59 €	34 194 814,06 €			7 941 577,38 €	1 701 469,99 €	9 643 047,37 €	2 083 238,04 €	329 740,78 €	2 413 947,71 €	24 859 908,04 €	24 169 596,64 €	



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Trofa - Serviços Ambientais, E.M.															
Banco Comercial Português, S.A.	24/03/2008			1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	4,42%		754 333,04 €	56 009,60 €	810 402,64 €	75 443,88 €	311,44 €	75 755,32 €	245 606,96 €	170 163,08 €
Banco Comercial Português, S.A.	02/11/2006			1 427 000,00 €	1 427 000,00 €	3,68%		1 216 377,78 €	167 637,77 €	1 384 015,55 €	109 814,31 €	226,72 €	110 041,03 €	210 622,22 €	100 807,91 €
Banco Comercial Português, S.A.	28/05/2010			715 413,23 €	715 413,23 €			707 884,53 €	138 131,61 €	846 016,14 €	7 528,70 €	28,80 €	7 557,50 €	7 528,70 €	0,00 €
Banco Comercial Português, S.A.	28/05/2010			256 660,81 €	256 660,81 €			245 965,60 €	50 731,84 €	296 698,44 €	10 694,21 €	72,56 €	10 766,77 €	10 694,21 €	0,00 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras do Bourgo, C.R.L.	04/09/2020			1 030 882,18 €	1 030 882,18 €	1,16%					10 738,36 €	2 459,23 €	13 197,59 €		1 020 143,82 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.	04/09/2020			1 030 882,18 €	1 030 882,18 €	1,16%					10 738,36 €	2 459,23 €	13 197,59 €		1 020 143,82 €
TOTAL				5 460 838,40 €	5 460 838,40 €			2 924 621,95 €	412 510,82 €	3 337 132,77 €	224 957,82 €	5 557,88 €	230 515,80 €	474 452,09 €	2 311 258,63 €
				43 365 909,99 €	39 655 652,46 €			10 866 189,33 €	2 113 980,81 €	12 980 180,14 €	2 308 195,86 €	335 298,76 €	2 644 458,51 €	25 334 360,13 €	26 481 257,27 €



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 45. Mapa de outros financiamentos – Resinorte, S.A.- ano 2021

MAPA DE OUTROS FINANCIAMENTOS														
Entidade	Data do contrato	Data de visto	Prazo do contrato	Capital		Pagamentos efetuados após a renegociação ou transmissão das obrigações			Montantes vencidos e não pagos			Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro	
				Contratado	Utilizado	Taxa de Juro Inicial	Taxa de Juro Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização			Juros e outros encargos
Outros Financiamentos														
Trofa - Serviços Ambientais, E.M.														
Resinorte-valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	24/11/2020		59 meses	2 409 537,77 €	2 409 537,77 €	4,10%		311 319,34 €	78 680,66 €	390 000,00 €			2 386 086,43 €	2 098 218,43 €

Quadro 46. Mapa de outros financiamentos – Resinorte, S.A.- ano 2020

MAPA DE OUTROS FINANCIAMENTOS														
Entidade	Data do contrato	Data de visto	Prazo do contrato	Capital		Pagamentos efetuados após a renegociação ou transmissão das obrigações			Montantes vencidos e não pagos			Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro	
				Contratado	Utilizado	Taxa de Juro Inicial	Taxa de Juro Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização			Juros e outros encargos
Outros Financiamentos														
Trofa - Serviços Ambientais, E.M.														
Resinorte-valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	24/11/2020		59 meses	2 409 537,77 €	2 409 537,77 €	4,10%		23 451,34	6 548,66	30 000,00 €			1 895 431,25 €	2 386 086,43 €



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 47. Amortização Empréstimos a 31/12/2021

ENTIDADE	CAPITAL UTILIZADO	SALDO EM 31/12/2021	VALOR A AMORTIZAR		
			2022-2026	2027-2031	2032-2036
Município da Trofa					
Caixa Geral de Depósitos	746 000,00 €	135 617,24 €	135 617,24 €		
Caixa Geral de Depósitos	413 725,60 €	177 308,13 €	98 504,50 €	78 803,63 €	
Caixa Geral de Depósitos	456 949,00 €	112 137,96 €	112 137,96 €		
Caixa Geral de Depósitos	900 665,60 €	407 636,30 €	203 818,15 €	203 818,15 €	
Caixa Geral de Depósitos	1 819 651,20 €	788 547,38 €	375 498,80 €	375 498,80 €	37 549,78 €
Caixa Geral de Depósitos	827 451,20 €	358 576,70 €	170 750,80 €	170 750,80 €	17 075,10 €
Caixa Geral de Depósitos	10 750 792,52 €	7 180 157,61 €	4 954 917,80 €	2 225 239,81 €	
Agência de Desenvolvimento e Coesão	1 009 113,23 €	970 301,18 €	388 120,50 €	388 120,50 €	194 060,18 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	3 184 386,03 €	3 184 386,03 €	1 224 763,90 €	1 224 763,90 €	734 858,23 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	498 687,82 €	498 687,82 €	134 262,10 €	191 803,00 €	172 622,72 €
Banco BPI, S.A.	6 472 903,36 €	6 223 945,50 €	2 489 578,10 €	2 489 578,10 €	1 244 789,30 €
Banco Eurobic Português	4 400 904,12 €	4 231 638,58 €	1 692 655,40 €	1 692 655,40 €	846 327,78 €
Agência de Desenvolvimento e Coesão	193 993,33 €	193 993,33 €	52 228,96 €	74 612,80 €	67 151,57 €
TOTAL	31 675 223,01 €	24 462 933,76 €	12 032 854,21 €	9 115 644,89 €	3 314 434,66 €
Trofáguas, E.M.					
Banco Comercial Português, S.A.	1 000 000,00 €	94 605,95 €	94 605,95 €		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras do Bouro, C.R.L.	1 030 882,18 €	965 378,18 €	224 431,34 €	214 767,20 €	214 767,20 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.	1 030 882,18 €	965 378,18 €	224 431,34 €	214 767,20 €	214 767,20 €
Resinorte- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	2 409 537,77 €	2 098 218,43 €	2 098 218,43 €		
SUB-TOTAL	5 471 302,13 €	4 123 580,74 €	2 641 687,06 €	429 534,40 €	429 534,40 €
TOTAL	37 146 525,14 €	28 586 514,50 €	14 674 541,27 €	9 545 179,29 €	3 743 969,06 €

Nota 9. Imparidade de Ativos

A cada data de relato o Grupo Autárquico do Município da Trofa faz uma análise aos seus ativos, geradores de caixa ou não, por forma a determinar se os mesmos apresentam alguma perda por imparidade.

Consideram-se como ativos geradores de caixa, aqueles detidos com o objetivo principal de gerarem retorno económico. Consequentemente, os que não são detidos com esse propósito, são classificados como não geradores.

No Grupo Autárquico do Município da Trofa apenas a empresa municipal Trofáguas, E.M., constituiu no exercício de 2021, perdas por imparidade em dívidas a receber no valor de € 57.428,85.

Nota 10. Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 48. Inventários – 2021

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	4 188,46		4 188,46
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	47 006,97		47 006,97
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	51 195,43		51 195,43

Quadro 49. Inventários – 2020

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	7 074,96		7 074,96
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	56 812,54		56 812,54
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	63 887,50		63 887,50

Quadro 50. Inventários - Movimentos do período – 2021

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
Mercadorias	7 074,96	1 083,00	3 617,00				352,50		4 188,46
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	56 812,54	360 291,14	370 096,71						47 006,97
Produtos acabados e Intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	63 887,50	361 374,14	373 713,71						51 195,43

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 51. Inventários - Movimentos do período – 2020

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
Mercadorias	8 600,96	5 232,50	6 101,50				657,00		7 074,96
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	49 564,48	481 118,59	473 870,53						56 812,54
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	58 165,44	486 351,09	479 972,03				657,00		63 887,50

Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 52. Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido - 2021	Rendimento do período reconhecido - 2020
Vendas mercadorias	4 447,34	7 175,15
Prestações de serviços	2 080 216,70	1 914 707,47
Trabalhos por conta de particulares	71 428,81	617,79
Refeições escolares	146 960,68	102 350,72
Serviços desportivos	186 235,55	184 850,58
Arrendamento	63 415,36	48 975,51
Resíduos Sólidos	1 568 777,99	1 540 105,01
Outros	43 398,31	37 807,86
Juros		17 053,89
Royalties		
Outros rendimentos	850 411,47	1 181 205,11
Rendimentos em investimentos não financeiros	850 411,47	1 181 205,11
TOTAL	2 935 075,51	3 120 141,62

Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 53. Rendimentos sem contraprestação – 2021

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos	7 850 919,11				
Derrama	945 525,72			a)	
Imposto municipal sobre imóveis	5 800 223,07			a)	
Imposto único de circulação	1 104 862,51			a)	
Outros	307,81				
Impostos indiretos	2 576 065,54				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 576 065,54			a)	
Taxas, multas e outras penalidades	1 065 466,66		75 491,55	77 073,70	
Taxas específicas das autarquias locais	989 442,20		39 826,08	39 865,58	
Multas e outras penalidades	76 024,46		35 665,47	37 208,12	
Transferências sem condição	10 956 543,04				
Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 913 965,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	763 960,00				
Participação IRS	1 453 858,00				
Participação IVA	147 148,78				
Transferência de competências em matéria de educação	1 938 114,88				
Direção-Geral dos Estabelecimentos escolares	192 167,56				
Outros	57 257,08				
Serviços e Fundos Autónomos	158 782,52				
Segurança Social	25 482,36				
Resto do Mundo	305 806,86				
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados ofertas e doações					
Outros	1 633 036,83				
Reversões de provisões	509 378,61				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	925 557,24				
Outros	198 100,98				
TOTAL	24 082 031,18	0,00	150 983,10	154 147,40	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 54. Rendimentos sem contraprestação – 2020

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos	8 109 547,92				
Derrama	1 175 801,31			a)	
Imposto municipal sobre imóveis	5 849 159,80			a)	
Imposto único de circulação	1 084 234,00			a)	
Outros	352,81			a)	
Impostos indiretos	1 418 826,01				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 418 826,01			a)	
Taxas, multas e outras penalidades	733 788,48		41 474,14	75 491,55	
Taxas específicas das autarquias locais	680 890,51		23 109,14	39 826,08	
Multas e outras penalidades	52 897,97		18 365,00	35 665,47	
Transferências sem condição	10 017 091,93				
Fundo equilíbrio Financeiro (FEF)	5 462 349,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	763 960,00				
Participação IRS	1 283 005,00				
Participação IVA	182 144,03				
Transferência de competências em matéria de educação	1 690 619,98				
Direção-Geral dos Estabelecimentos escolares	229 145,27				
Outros	27 670,72				
Serviços e Fundos Autónomos	224 116,57				
Segurança Social	25 482,36				
Resto do Mundo	128 599,00				
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados ofertas e doações					
Reversões					
Outros	1 061 020,31				
Reversões de provisões	153 017,28				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	847 973,18				
Outros	60 029,85				
TOTAL	21 340 274,65	0,00	82 948,28	150 983,10	0,00

a) Apesar de não constarem valores em dívida, ainda se encontram montantes por receber, relativos às estimativas efetuadas, nomeadamente os rendimentos do mês de dezembro, que apenas são transferidos pela Autoridade Tributária, em janeiro do ano seguinte.

Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A rubrica de processos judiciais em curso espelha o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso. Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município da Trofa, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € 1.832.989,10, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município. Durante o exercício de 2021 ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:



Quadro 55. Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2.319.685,18	39.649,26			39.649,26	12.567,05	509.378,61	4.399,68	526.345,34	1.832.989,10
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais Contratos onerosos Reestruturação e reorganização Outras provisões										
Total	2.319.685,18	39.649,26	0,00	0,00	39.649,26	12.567,05	509.378,61	4.399,68	526.345,34	1.832.989,10

No quadro abaixo faz-se referência aos processos mais significativos incluídos em provisões.

Quadro 56. Provisões mais significativas

N.º Proc	Autor	Descrição do Litígio	Valor proposto da ação	Valor proposto em provisões	Posição atual da ação
767/08.8BEPNF	Higino Pinheiro & Irmão, Lda	Ação administrativa comum- forma ordinária	2 018 930,63(1)	864 385,16	Aguarda despacho do saneador
1171/13.1 BEPRT	Januário & Aurélio, Lda	Ação administrativa comum- forma ordinária	416 956,91 82(2)	395 804,13	Aguarda marcação de audiência de julgamento
312/14.6BEPNF	ABB- Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Falta de pagamento de empreitada	105 608,63	105 608,63	Aguarda sentença
557/17.7BEPNF	Januário & Aurélio, Lda	Ação administrativa comum	103 539,59	103 539,59	Aguarda marcação de audiência de julgamento
390/18.9BEPNF	Fernando Jorge Silva Magalhães	Ação administrativa comum	205 000,00	205 000,00	Aguarda marcação de audiência de julgamento

(1) O valor proposto da ação inclui também o Município de Santo Tirso

(2) Do valor da ação já foi pago em 2015, o valor de € 21.152,78.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais, remetidos pelo advogado que presta patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões, por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, sendo os mesmos periodicamente reavaliados.

Quadro 57. Passivos Contingentes

N.º Proc	Autor	Descrição do Litígio	Estimativa do efeito financeiro	Posição atual da ação
8/16.4BEPNF	Município de Santo Tirso	Ação Administrativa- Incumprimento protocolo de acordo de 13/04/1999 da Comissão Instaladora Trofa	7 753 219,12	Aguarda marcação de audiência de julgamento
716/18.5BEPNF	Município de Santo Tirso	Ação Administrativa Comum	8 778 482,03	Aguarda marcação de audiência de julgamento
400/16.4 T8PVZ originou o 86/17.9BEPNF	Pedro Filipe Moreira Soares	Ação de processo comum- Responsabilidade civil extracontratual	669 500,00	Aguarda marcação de audiência de julgamento
1281/16.3 BEBRG	AMAVE- Associação de Municípios do Vale do Ave	Ação Administrativa	744 843,60	Aguarda sentença
380/19.4	AMAVE- Associação de Municípios do Vale do Ave	Ação Administrativa	1 396 364,60	Aguarda marcação de audiência de julgamento
649/16.0 BEPNF	Construções S. Rosendo	Ação administrativa- falta de pagamento de empreitadas	241 220,35	Aguarda marcação de audiência de julgamento
243/17.8BEPNF	Carminda de Jesus de Barros Carneiro	Ação Administrativa- Nulidade de procedimento concursal	30 000,01	Pendente de recurso
939/15.9BEPNF	Elsa Cristina Maia Moreira	Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos	5 000,01	Aguarda marcação de audiência de julgamento
2018/15.0BEPNF	Maria do Carmo Neves de Sousa Ramos	Ação Administrativa	8 000,00	Aguarda marcação de audiência de julgamento
382/19.0BEPNF	Clube Slotcar da Trofa	Ação Administrativa	14 000,00	Aguarda marcação de audiência de julgamento
620/19.0BEPNF	Clube Slotcar da Trofa	Ação Administrativa	12 000,00	Aguarda marcação de audiência de julgamento
561/19.0BEPNF	Maria Olinda Moreira da Silva	Ação Administrativa	5 000,01	Aguarda marcação de audiência de julgamento
372/18.0BEPNF	Clube Slotcar da Trofa	Ação Administrativa	30 000,01	Aguarda marcação de audiência de julgamento
373/18.9BEPNF	Clube Slotcar da Trofa	Ação Administrativa	30 000,01	Aguarda marcação de audiência de julgamento

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. A 31 de dezembro de 2021, o Município da Trofa, são reconhecidos como ativos contingentes, os seguintes processos e valores:

Quadro 58. Ativos Contingentes

N.º Proc	Réu	Descrição do Litígio	Estimativa do efeito financeiro
714/16.3BEPNF	Ministério das Finanças	Processos cautelares - Suspensão de eficácia de ato	30.001,00
716/16.0BEPNF	Município de Santo Tirso	Ação Administrativa- Nulidade de contrato de transação	30.001,00
748/16.8BEPNF	Município de Santo Tirso	Ação Administrativa - Transmissão de bens	30.001,00
95/17.8BEPNF	Ministério das Finanças	Ação Administrativa - Nulidade de atos administrativos	30.001,00
	Construções Europa Ar Lindo	Direito de regresso	466.569,39
	Domingos da Silva Tiago, Lda	Direito de regresso	5.710,19

O “direito de regresso” intentado/a intentar contra a Sociedade Construções Europa Ar Lindo, está a ser executado no âmbito do processo n.º 5836/15.5T8VNF, cujo autor foi J. Soares Correia – Armazém de Ferro, S.A.

Quanto ao processo n.º 445/07.5BEPNF, no qual o Município da Trofa respondeu solidariamente em nome do interveniente, Domingos da Silva Tiago, Lda, está a ser preparada ação de regresso contra esta empresa.

Nota 17. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Câmara Municipal da Trofa, avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, quando houve evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por outro lado, se não houve evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Grupo Autárquico do Município da Trofa tomou

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras consolidadas e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Acresce informar que a partir do ano 2020 viveu-se e vive-se uma crise sanitária causada pela pandemia COVID-19, que se traduziu numa recessão económica a nível mundial, tendo levado à definição de medidas de carácter excecional no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica e reposição da normalidade.

A invasão da Ucrânia que ocorreu no início de 2022, com a aplicação de sanções aplicáveis à Federação Russa e à Bielorrússia, terá implicações nos preços e disponibilidade de matérias-primas, energia e outros.

Não obstante a atual situação, não se vislumbra que a aplicação destas medidas possam ter impacto significativo nas Demonstrações Financeiras consolidadas do período económico de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 2 de junho de 2022, pelo órgão executivo do Município da Trofa e posterior envio a deliberação da Assembleia Municipal.

Nota 18. Instrumentos Financeiros

É considerado um ativo financeiro qualquer ativo que seja dinheiro, um direito contratual de receber dinheiro ou outro passivo financeiro de outra entidade.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade, um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos são mensuradas pelo seu custo de aquisição;
- Clientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.
- Os Passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor e



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

subsequentemente pelo custo amortizado usando o critério do juro efetivo.

A 31 de dezembro de 2021 a posição do Grupo Autárquico do Município da Trofa relativamente aos Instrumentos Financeiros, era a seguinte:

Quadro 59. Ativos Financeiros

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Caixa e seus equivalentes a:						
Caixa e equivalentes a caixa	2 491,13		2 491,13	132 549,15		132 549,15
Depósitos bancários	5 275 796,93		5 275 796,93	6 304 821,40		6 304 821,40
Outros depósitos	1 367 858,96		1 367 858,96	1 064 151,87		1 064 151,87
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:						
Ativo não corrente						
Participações financeiras	1 482 792,41	8 716,00	1 474 076,41	1 482 624,41	8 716,00	1 473 908,41
Ativo corrente						
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	685 012,26		685 012,26	577 537,29		577 537,29
Devedores por devolução de transferências e subsídios	3 305,62		3 305,62	2 132,80		2 132,80
Clientes	535 744,71	262 195,41	273 549,30	605 040,00	255 144,03	349 895,97
Utentes	214 256,81		214 256,81	354 854,35		354 854,35
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 944,43	2 944,43	0,00	2 944,43	2 944,43	0,00
Estado e outros entes públicos	74 434,90		74 434,90	57 325,66		57 325,66
Outras contas a receber	8 047 395,19		8 047 395,19	7 691 851,64		7 691 851,64
	17 692 033,35	273 855,84	17 418 177,51	18 275 833,00	266 804,46	18 009 028,54

Em 2021 os investimentos financeiros apresentam uma quantia escriturada de € 1.474.076,41 e compreendem as entidades controladas e associadas.

Quadro 60. Movimentos ocorridos nas Participações Financeiras

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Investimentos Financeiros										0,00
Águas do Norte, S.A.	855 001,00									855 001,00
Global Trofa, E.M.	0,00									0,00
Município E.M., S.A.	4 985,01				50,90					5 035,91
FAM- Fundo de Apoio Municipal	613 939,50									613 939,50
Área Metropolitana do Porto	100,00									100,00
	1 474 025,51				50,90					1 474 076,41

Quadro 61. Outras contas a receber

Outras Contas a Receber	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Pessoal	1 411,43		1 411,43	1 165,42		1 165,42
Impostos e taxas imputados ao período- IMI	5 854 619,19		5 854 619,19	5 923 722,70		5 923 722,70
Impostos e taxas imputados ao período- IMT	614 025,42		614 025,42	134 343,92		134 343,92
Impostos e taxas imputados ao período- Derrama	954 239,48		954 239,48	1 223 170,14		1 223 170,14
Impostos e taxas imputados ao período- Outros	79 929,10		79 929,10	86 583,62		86 583,62
Devedores por acréscimo de rendimentos	481 523,18		481 523,18	250 719,08		250 719,08
Cauções entregue a terceiros	10 704,70		10 704,70	10 704,70		10 704,70
Outros devedores	50 942,69		50 942,69	61 442,06		61 442,06
	8 047 395,19	0,00	8 047 395,19	7 691 851,64	0,00	7 691 851,64

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 62. Passivos Financeiros

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
PASSIVOS FINANCEIROS						
Passivos não correntes						
Financiamentos obtidos- locação financeira	37 302,57		37 302,57			
Financiamentos obtidos- Empréstimos	24 056 617,22		24 056 617,22	24 053 824,18		24 053 824,18
Financiamentos obtidos- Outros financiadores	1 618 326,06		1 618 326,06	2 098 218,43		2 098 218,43
Outras contas a pagar	743 987,96		743 987,96	770 337,60		770 337,60
	26 456 233,81	0,00	26 456 233,81	26 922 380,21	0,00	26 922 380,21
Passivo corrente						
Fornecedores	820 333,19		820 333,19	688 836,48		688 836,48
Estado e outros entes públicos	198 596,55		198 596,55	207 232,93		207 232,93
Financiamentos obtidos- locação financeira	14 560,32		14 560,32			0,00
Financiamentos obtidos- Empréstimos e outros	2 911 571,22		2 911 571,22	2 715 301,09		2 715 301,09
Fornecedores de Investimento	12 836,60		12 836,60	45 873,96		45 873,96
Outras contas a pagar	1 658 351,38		1 658 351,38	1 459 321,68		1 459 321,68
Outros Passivos Financeiros- Cauções recebidas de terceiros	1 377 246,33		1 377 246,33	1 080 439,96		1 080 439,96
	6 993 495,59	0,00	6 993 495,59	6 197 006,10	0,00	6 197 006,10
	33 449 729,40	0,00	33 449 729,40	33 119 386,31	0,00	33 119 386,31

O valor considerado em outras contas a pagar, nos passivos não correntes, refere-se a ajustamentos em subsídios, contabilizados na empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.

Quadro 63. Diferimentos – Gastos a reconhecer

Diferimentos- Gastos a reconhecer	2021	2020
Até 12 meses		
Rendas	9 164,08	8 350,31
Outros	15 923,69	13 784,89
Total	25 087,77	22 135,20

Quadro 64. Diferimentos – Rendimentos a reconhecer

Diferimentos- Rendimentos a reconhecer	2021	2020
Até 12 meses		
FEDER	136 965,00	0,00
Outros	86 504,68	170 503,44
Total	223 469,68	170 503,44

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

O valor considerado em FEDER, resulta da transferência efetuada como adiantamento após assinatura do contrato, no âmbito da candidatura “Centro de Recolha Oficial de Animais”, na Câmara Municipal da Trofa.

Quadro 65. Outras contas a pagar

Outras Contas a Pagar	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Outros credores por transferências e subsídios	9 745,01		9 745,01	5 850,00		5 850,00
Pessoal	413,28		413,28	2 737,98		2 737,98
Outros acréscimos de gastos- remunerações a liquidar	932 470,58		932 470,58	914 624,50		914 624,50
Outros acréscimos de gastos- juros a liquidar e outros gastos financeiros	52 510,61		52 510,61	94 389,40		94 389,40
Outros acréscimos de gastos- outros	651 681,78		651 681,78	427 176,80		427 176,80
Outros credores	11 530,12		11 530,12	14 543,00		14 543,00
	1 658 351,38	0,00	1 658 351,38	1 459 321,68	0,00	1 459 321,68

Na rubrica acréscimos de gastos-outros, os valores mais relevantes, referem-se à imputação a 2021, do consumo de eletricidade, gás, iluminação pública, cuja faturação apenas ocorrerá em 2022.

Justificação dos movimentos ocorridos nos valores mais relevantes nas contas da classe 5 – “Património, Reservas e Resultados Transitados”.

Conta 51 – Património/capital

- Imputação de cedências ao domínio público de terrenos no âmbito de operações de loteamento, no valor de € 9.990,00 e terrenos destinados a escavações arqueológicas em Alvarelhos, no valor de € 41.552,72;

Conta 55 – Reservas

- Imputação em reservas legais do valor de € 185.517,95, relativo a 5%, do valor do Resultado Líquido de 2020;

Conta 56.1 – Resultados Transitados – De períodos anteriores

- Imputação do resultado líquido do exercício do ano 2020, no valor de € 3.100.499,69.

Conta 56.2 – Regularizações (movimentos ocorridos apenas no Município da Trofa)

- Movimentos negativos:

- Regularização de amortizações de anos anteriores, no valor de € 859.941,96;

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

- Movimentos positivos:

- Imputação do valor correspondente a subsídios ao investimento, de bens financiados e amortizados em anos anteriores, no valor de € 1.491.218,39;

Regularização de acréscimos de proveitos, no valor de € 58.563,31;

Conta 59.3 – Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables

- Movimentos negativos:

- Imputação ao período da parcela dos subsídios e transferências para investimento, proporcionalmente e em paralelo à depreciação ou amortização dos ativos objetos de financiamento, no valor de € 2.292.365,69 e incluindo regularizações de períodos anteriores;

- Movimentos positivos:

- Imputação dos direitos a receber/recebidos de subsídios ao investimento, no valor de € 4.384.224,22;

Nota 19. Benefícios dos empregados

O Grupo Autárquico do Município da Trofa, não possui planos de benefícios definidos.

Quadro 66. Benefícios dos empregados- Município da Trofa

Informação Geral	Ano 2021	Ano 2020
Número médio de trabalhadores	334	335
Total de trabalhadores no início do exercício	334	341
Total de trabalhadores no final do exercício	338	336
Fluxos de entradas e de saídas		
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	36	19
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	37	24
Remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias		
Total das remunerações base	4 226 644,68	4 123 170,80
Total de subsídio de férias / Natal	721 942,81	766 424,88
Total de subsídios de refeição	340 859,07	341 167,39
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	1 985,42	980,80
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	7 356,21	9 476,09
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	317 307,53	267 134,19

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 67. Benefícios dos empregados- Trofáguas, E.M.

Informação Geral	Ano 2021	Ano 2020
Número médio de trabalhadores	21	22
Total de trabalhadores no início do exercício	32	30
Total de trabalhadores no final do exercício	25	32
Remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias		
Total das remunerações base	204 823,88	212 016,25
Total de subsídio de férias / Natal	33 761,23	36 829,46
Total de subsídios de refeição	23 862,50	26 478,43
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	259,20	101,88
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário		
Total de suplementos e outras componentes remuneratórias	9 326,38	8 401,87



Nota 20. Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município da Trofa nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 68. Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Trofáguas- Serviços Ambientais, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	EM	Rua Imaculada Conceição, Edifício Nova Trofa, 4785-684 Trofa	100.000,00	100.000,00	100%		100%

Quadro 69. Transações entre partes relacionadas

Entidade Relacionada	Natureza do relacionamento	Transação						Saldo no fim do período
		Prestação de serviços	% no total das transações	Subsídios à exploração	% no total das transações	Cobertura de prejuizos	% no total das transações	
Trofáguas- Serviços Ambientais, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Entidade controlada	16.355,77	1,47%	748.800,00	67,09%	350.977,21	31,45%	1.116.132,98

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Quadro 70. Pessoas chave da gestão- Município da Trofa

SITUAÇÃO NO ORGANISMO OU SERVIÇO	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave
Presidente da Câmara	1	39 261,12	19 619,53	
Vereador com pelouro	4	110 724,40	38 595,56	
Vereador sem pelouro	2		4 751,46	

Quadro 71. Pessoas chave da gestão- Trofáguas, E.M.

SITUAÇÃO NO ORGANISMO OU SERVIÇO	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave
Presidente Conselho de Administração	1	31.349,24	12.984,74	

Outras remunerações e compensações inclui ajudas de custo, despesas de representação, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e senhas de presença.

Nota 22. Interesses em outras entidades

Quadro 72. Interesses em outras entidades- Interesses em entidades controladas não consolidadas

Designação	Sede	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
Águas do Norte, S.A.	Rua Doutor Roberto de Carvalho, n.º 78-90, 4810-284 Guimarães	0,77%	
Município, S.A.	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva 11, 2740-120 Porto Salvo	0,15%	
Área Metropolitana do Porto	Palácio dos Correios - Rua do Estêvão, 21, 4000-200 Porto	1)	
Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347 sala 218, 4000-270 Porto	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52, 3004-511 Coimbra	1)	
Turismo Porto e Norte	Castelo de Santiago da Barra. 4900-360 Viana do Castelo	1)	
Fundo de Apoio Municipal	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/C. 1400 - 195 Lisboa	0,15%	
Litoralrural- Associação de Desenvolvimento Regional	Rua Padre António Francisco Ramos, S/N, 4455-058, Lavra Matosinhos	1)	
Global Trofa, E.M.		1)	
Associação Nacional de Assembleias Municipais	R. Prof. Bento de Jesus Caraça 248 1º, 4200-128 Porto	1)	

1) Relativamente a estas entidades o Município apenas contribui com uma quota anual.

Nota 23 – Fornecimentos e serviços externos

Quadro 73. Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Transportes escolares	124 335,76	119 545,89
Cantinas escolares -refeições confeccionadas	438 246,00	300 246,13
Subcontrato Resinorte	616 945,22	485 765,12
Subcontrato EGEO/Eurico-EGEO CIRCULA	672 906,30	648 516,21
Outros subcontratos	56 046,44	63 152,54
Iluminação pública	800 403,07	720 758,27
Serviços especializados	1 968 702,56	1 646 875,76
Materiais de consumo	138 721,94	271 307,11
Energia e fluídos	535 811,92	474 685,06
Rendas e alugueres	369 918,08	266 500,11
Limpeza higiene e conforto	225 738,66	263 790,96
Outros	560 721,94	436 172,41
Total	6 508 497,89	5 697 315,57



Nota 24. Transferências e subsídios concedidos

Quadro 74. Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2021	2020
Transferências correntes concedidas		
Freguesias	397 773,29	420 608,59
Instituições sem fins lucrativos	393 183,15	466 020,52
Famílias	996 015,27	368 899,61
Sociedade e quase sociedades não financeiras	112 004,91	
Outros	32 491,71	32 687,91
Sub-Total	1 931 468,33	1 288 216,63
Subsídios correntes concedidos		
Empresas locais		
Famílias	38 025,00	36 012,50
Sub-Total	38 025,00	36 012,50
Transferências de capital concedidas		
Freguesias	414 291,67	317 028,00
Instituições sem fins lucrativos	384 517,36	198 558,58
Outros	57 023,96	56 904,87
Sub-Total	855 832,99	572 491,45
Prestações sociais concedidas	30 702,75	26 357,26
Total	2 856 029,07	1 923 077,84



Nota 25. Outros Gastos

Quadro 75. Outros gastos

Outros gastos	2021	2020
Correções de estimativas de impostos - IMI	48 936,73	135 623,92
Correções de estimativas de impostos - Derrama	230 275,59	584 041,20
Quotizações	35 636,10	35 636,10
Outras correções	118 374,48	17 465,92
Outros	917 039,05	597 993,01
Total	1 350 261,95	1 370 760,15

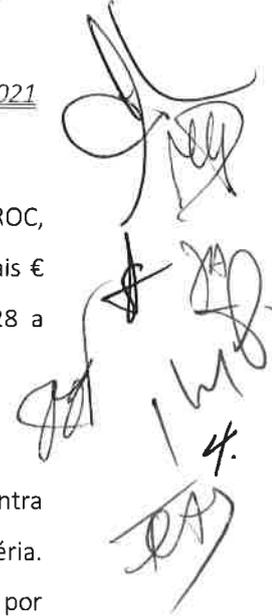
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Nota 26. Outras divulgações

O fiscal único do Grupo Município da Trofa é a entidade Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda, sendo os honorários relativos ao ano 2021 de € 23.291,28, com Iva incluído, dos quais € 11.070,00 referem-se a honorários na empresa municipal Trofáguas. E.M. e € 12.221,28 a honorários na entidade Câmara Municipal da Trofa.

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

Apesar de definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada não sendo possível apresentar as divulgações pelo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.



Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 75.º, n.º 7, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 76. Endividamento consolidado de medio e longo prazos

Código/designação	Dividas a terceiros de medio e longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município da Trofa	Trofáguas, E.M.	Total		
1	2	3	5=2+3	6	7=5-6
Financiamentos obtidos	24 514 796,65	4 123 580,74	28 638 377,39		28 638 377,39
TOTAL.	24 514 796,65	4 123 580,74	28 638 377,39		28 638 377,39

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas ano 2021

Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 75.º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Quadro 77. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Tipo de fluxos	Câmara Municipal da Trofa/Trofaugas- Serviços Ambientais, E.M.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recbimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recbimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					
Subsídios		1 099 777,21		1 099 777,21	0,00					
Empréstimos					0,00					
Relações comerciais		16 355,77		16 355,77	0,00					
Participações do capital em numerário	100 000,00				100 000,00					
Participações do capital em espécie					0,00					
Outros					0,00					
TOTAL	100 000,00	1 116 132,98	0,00	1 116 132,98	100 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos cinco anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Quadro 78. Montante total das dívidas a terceiros

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros a vencer nos próximos 5 anos		
	Município da Trofa	Trofaugas, E.M.	TOTAL
1	2	3	4=2+3
Outros credores por transferências e subsídios	9 745,01		9 745,01
Fornecedores	125 213,69	695 119,50	820 333,19
Pessoal	413,28		413,28
Estado e outros entes públicos	191 500,28	7 096,27	198 596,55
Financiamentos obtidos	12 070 156,78	2 641 687,06	14 711 843,84
Fornecedores de investimento	12 836,60		12 836,60
Outras contas a pagar	9 618,29	36,10	9 654,39
TOTAL	12 419 483,93	3 343 938,93	15 763 422,86

Handwritten signatures and initials, including the number 4.

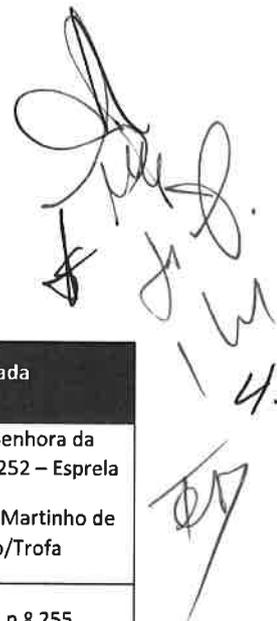
OUTROS DOCUMENTOS 2021

Relação nominal dos Responsáveis do Órgão da Entidade Consolidante

Entidade Consolidante: Município da Trofa

Período de Relato: 01-01-2021 a 31-12-2021

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Sérgio Humberto Pereira da Silva	Presidente da Câmara	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Nossa Senhora da Assunção, n.º 252 – Esprela 4785-177 São Martinho de Bougado/Trofa
António da Costa Azevedo	Vereador em regime de permanência a <u>meio tempo</u> e designado como Vice-Presidente da Câmara	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Sena, n.º 255 4785-598 Santiago de Bougado/Trofa
Lina Maria Gomes Faria e Ramos	Vereador em regime de permanência a tempo inteiro	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Costa, n.º 23 4745-517 São Romão de Coronado/Trofa
Renato José de Oliveira Pinto Ribeiro	Vereador em regime de permanência a tempo inteiro	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Dr. Avelino Padrão, n.º 1767 Bairros 4785-605 Santiago de Bougado/Trofa
Sérgio Daniel da Costa Araújo	Vereador em regime de permanência a tempo inteiro	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Santa Maria, n.º 1689 4745-087 Alvarelos/Trofa
José Amadeu Ferreira Dias	Vereador	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Alberto Sampaio, n.º 107 - 1.º Dto União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago) 4785-128 Trofa
Miguel Fernando Tato Diogo	Vereador	01-01-2021 a 31-12-2021	Rua Manuel Silva Pinheiro – Edifício Europa – Apt. 505 União das Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago) 4785-333 Trofa



Regras e Métodos observados na consolidação, incluindo a identificação dos procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações Intraperímetro

1- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Para efeitos de consolidação efetuaram-se os seguintes movimentos:

- Anulação do investimento financeiro relacionado com a participação no capital social da empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.- Sociedade Unipessoal, Lda, no valor de € 100.000,00, por contrapartida do capital próprio.¹
- Anulação do gasto da Câmara correspondente a subsídios à exploração ao abrigo do contrato-programa para o ano 2021 com a empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.- Sociedade Unipessoal, Lda, em contrapartida da anulação dos proveitos contabilizados por esta, no montante de € 748.800,00.²
- Anulação do lançamento efetuado pela empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.- Sociedade Unipessoal, Lda, da parcela dos subsídios transferidos pela Câmara associados a ativos, reconhecidos como rendimentos e ganhos na demonstração de resultados, no valor de € 67.230,48.³
- Anulação dos custos e proveitos relacionados com prestações de serviços ocorridos durante o ano 2021, no montante de € 16.355,77, correspondente a prestação de serviços de resíduos sólidos.⁴

¹ Nota 1 - Balanço Consolidado

² Nota 2 - Demonstração de Resultados Consolidado

³ Nota 3 - Demonstração de Resultados Consolidado e Balanço Consolidado

⁴ Nota 4 - Demonstração de Resultados Consolidado



Regras e métodos observados na consolidação

- Anulação dos valores contabilizados na conta referente a outras variações capital próprio relacionados com subsídios ao investimento transferidos pela Câmara e ainda não refletidos como rendimentos, na empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.- Sociedade Unipessoal, Lda, no valor de € 1.929.440,16 em contrapartida da conta de resultados transitados.⁵

- Anulação de € 187,50 contabilizados em amortizações na Demonstração de resultados por naturezas em contrapartida de amortizações acumuladas da conta de Ativos fixos tangíveis- Equipamento de Transporte, resultante da alienação de uma viatura ligeira de mercadorias à Câmara Municipal.⁶

- Anulação do valor de € 859,37, consequência da anulação dos rendimentos (€ 1.500,00) contabilizados na empresa municipal Trofáguas- Serviços Ambientais, E.M.- Sociedade Unipessoal, Lda, decorrente da alienação de uma viatura ligeira de mercadorias à Câmara, e do acréscimo em resultados transitados das amortizações acumuladas.⁷

- Anulação do ajustamento em subsídios ao investimento relativos aos subsídios transferidos pela Câmara Municipal e ainda não refletidos em rendimentos derivado da aplicação da taxa de 22,3% de impostos diferidos, no valor de € 430.265,16 (€ 1.929.440,16 *22,3%).⁸

- Considerando que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados importa proceder à anulação do ajustamento no capital próprio da parcela transferida pela Câmara Municipal reconhecida como rendimentos, derivado do imposto que lhe está associado, no valor de € 14.992,40 (€ 67.230,48*22,3%).⁹

⁵ Nota 5 - Balanço Consolidado

⁶ Nota 6 - Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado

⁷ Nota 7- Balanço Consolidado

⁸ Nota 8 – Balanço Consolidado

⁹ Nota 9 – Balanço Consolidado

Regras e métodos observados na consolidação

- Ajustamentos efetuados em resultados líquidos do exercício derivados dos ajustamentos efetuados na demonstração dos resultados por naturezas.¹⁰

- Considerando a necessidade de refletir no perímetro de consolidação, a entidade Município, S.A., procedeu-se à sua consolidação, através do método de equivalência patrimonial, resultando num aumento da conta de participações financeiras, no montante de € 50,90, em contrapartida de ajustamentos na participação do capital, no montante de € - 6,51 e de € 57,41 refletidos em gastos na Demonstração dos Resultados.¹¹

- Atendendo à necessidade de refletir no perímetro de consolidação, a entidade Município, S.A., procedeu-se à sua consolidação, através do método de equivalência patrimonial, sendo os movimentos necessários reexpressados nas contas do ano 2020, nomeadamente, redução do valor na conta de participações financeiras, no montante de € 117,10, em contrapartida de ajustamentos na participação do capital, no montante de € 2.436,69 e de € 2.553,79 refletidos em gastos na Demonstração dos Resultados.

- Anulação do gasto da Câmara no valor de € 109.454,21, correspondente à cobertura de prejuízos, nos termos do n.º 2 e n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, com a empresa municipal Trofáguas - Serviços Ambientais, E.M., em contrapartida da anulação de outras contas a pagar refletido no Balanço.¹²

- Anulação no mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado, na conta outros recebimentos/pagamentos, do valor de € 350.977,21, correspondente ao pagamento efetuado no ano 2021, por parte da Câmara Municipal da Trofa à empresa municipal Trofáguas - Serviços Ambientais, E.M., correspondente à cobertura de prejuízos do ano 2020, nos termos do n.º 2 e n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua

¹⁰ Nota 10 – Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado

¹¹ Nota 11 – Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado

¹² Nota 12 – Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidado



Regras e métodos observados na consolidação

redação atual, por contrapartida da rubrica cobertura de prejuízos em atividades de financiamento.¹³



¹³ Nota 13 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Município da Trofa

Balanço consolidado em 31/12/2021

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Balanço das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação				Correcções consolidação			Grupo público consolidado (método integral)	Grupo público consolidado (método integral)
		Município da Trofa	Trofaças	Município	Total (A+B+C)	Débito (+)	Crédito (-)	Notas	2021	2020
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	5	96 105 596,35	9 515 257,78		105 620 854,13	187,50	484,37	6+7+11	105 620 557,26	98 601 606,11
Propriedades de Investimento										
Ativos Intangíveis	3	131 020,29	7 159,46		138 179,75				138 179,75	200 658,76
Ativos biológicos										
Participações financeiras	18,20	1 574 025,51			1 574 025,51	50,90	100 000,00	1+12	1 474 076,41	1 473 908,41
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										
Acionistas/sócios/associados										
Outras ativos financeiros										
Ativos por impostos diferidos										
		97 810 642,15	9 522 417,24		107 333 059,39	238,40	100 484,37		107 232 813,42	100 276 173,28
Ativo corrente										
Inventários	10	47 285,93	3 909,50		51 195,43				51 195,43	63 887,50
Ativos biológicos					0,00					
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	688 317,88			688 317,88				688 317,88	579 670,09
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					0,00					
Clientes, contribuintes e utentes	18	216 301,26	271 504,85		487 806,11				487 806,11	704 750,32
Estado e outros entes públicos		68 279,54	6 155,36		74 434,90				74 434,90	57 325,66
Acionistas/sócios/associados					0,00					
Outras contas a receber	18	7 892 110,65	155 284,54		8 047 395,19				8 047 395,19	7 691 851,64
Diferimentos		20 309,56	4 778,21		25 087,77				25 087,77	22 135,20
Ativos financeiros detidos para negociação					0,00					
Outros ativos financeiros					0,00					
Ativos não correntes detidos para venda					0,00					
Caixa e depósitos	1,18	6 560 046,05	86 100,97		6 646 147,02				6 646 147,02	7 501 522,42
		15 492 650,87	527 733,43		16 020 384,30				16 020 384,30	16 621 142,83
Total do ativo		113 303 293,02	10 050 150,67		123 353 443,69	238,40	100 484,37		123 253 197,72	116 897 316,11
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/ Capital		34 768 983,35	100 000,00		34 868 983,35	100 006,51		1+11	34 768 976,84	34 719 877,32
Ações (quotas) próprias					0,00					
Outros instrumentos de capital próprio					0,00					
Prémios de emissão					0,00					
Reservas		789 563,73	20 000,00		809 563,73				809 563,73	624 045,78
Resultados transitados		15 445 631,45	-123 650,17		15 321 981,28	484,37	1 929 440,16	7+5	17 250 937,07	13 107 066,64
Ajustamentos em ativos financeiros					0,00					
Excedentes de revalorização					0,00					
Outras variações no património líquido		28 616 972,88	4 039 216,98		32 656 189,86	1 944 432,56	497 495,64	3+5+6+9	31 209 252,94	29 199 756,59
Resultado líquido do período		3 775 278,30	109 467,98		3 665 810,32				3 708 278,96	3 636 994,85
Dividendos antecipados					0,00					
Interesses que não controlam					0,00					
Total do Património Líquido	18	83 396 429,71	3 926 098,83		87 322 528,54	2 044 923,44	2 426 935,80		87 747 009,54	81 287 741,18
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões	15	1 832 989,10			1 832 989,10				1 832 989,10	2 319 685,18
Financiamentos obtidos	7	22 249 463,20	3 462 782,65		25 712 245,85				25 712 245,85	26 152 042,61
Fornecedores de investimentos					0,00					
Responsabilidades por benefícios pós emprego					0,00					
Diferimentos					0,00					
Outras contas a pagar	18		1 159 260,72		1 159 260,72	430 265,16	14 992,40	8+9	743 987,96	770 337,60
		24 082 452,30	4 622 043,37		28 704 495,67	430 265,16	14 992,40		28 389 227,91	29 242 065,39
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos					0,00				0,00	
Fornecedores	18	125 213,69	695 119,50		820 333,19				820 333,19	688 836,48
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes					0,00					
Estado e outros entes públicos	18	191 500,28	7 096,27		198 596,55				198 596,55	207 232,93
Acionistas/sócios/associados					0,00					
Financiamentos obtidos	7	2 265 333,45	660 798,09		2 926 131,54				2 926 131,54	2 715 301,09
Fornecedores de Investimentos	18	12 836,60			12 836,60				12 836,60	45 873,96
Outras contas a pagar	18	1 723 617,56	44 188,03		1 767 805,59	109 454,21		12	1 658 351,38	1 459 321,68
Diferimentos	18	138 050,47	85 419,21		223 469,68				223 469,68	170 503,44
Passivos financeiros detidos para negociação					0,00					
Outros passivos financeiros	18	1 367 858,96	9 387,37		1 377 246,33				1 377 246,33	1 080 438,96
		5 824 411,01	1 502 008,47		7 326 419,48	109 454,21			7 216 965,27	6 367 509,54
Total do Passivo		29 906 863,31	6 124 051,84		36 030 915,15	539 719,37	14 992,40		35 506 188,18	35 609 574,93
Total Património Líquido e Passivo		113 303 293,02	10 050 150,67		123 353 443,69	2 584 642,81	2 441 928,20		123 253 197,72	116 897 316,11

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Entidade: Município da Trofa

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Demonstração de Resultados das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação				Correcções consolidação			PERÍODOS	
		Município da Trofa	Trofaças, E.M.	Município	Total (A+B+C)	Débito	Crédito	Notas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	13;14	11 492 451,31			11 492 451,31				11 492 451,31	10 262 162,41
Vendas	13		4 447,34		4 447,34				4 447,34	7 175,15
Prestações de serviços e concessões	13	511 438,71	1 585 133,76		2 096 572,47	16 355,77		4	2 080 216,70	1 914 707,47
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	10 956 543,04	748 800,00		11 705 343,04	748 800,00		2	10 956 543,04	10 017 988,62
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos							57,41	11	57,41	-2 553,79
Variações nos inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-370 096,71	-3 617,00		-373 713,71				-373 713,71	-479 972,03
Fornecimentos e serviços externos	23	-5 089 358,57	-1 435 495,09		-6 524 853,66		16 355,77	4	-6 508 497,89	-5 697 315,57
Gastos com pessoal	19	-7 239 767,05	-345 469,93		-7 585 236,98				-7 585 236,98	-7 499 935,77
Transferências e subsídios concedidos	24	-3 683 580,44			-3 683 580,44		858 754,21	2+12	-2 825 326,23	-1 896 720,58
Prestações sociais	24	-30 702,75			-30 702,75				-30 702,75	-26 357,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)					0,00				0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-57 428,85		-57 428,85				-57 428,85	-8 332,76
Provisões (aumentos/reduções)	15	469 729,35			469 729,35				469 729,35	67 148,06
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					0,00				0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor					0,00				0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	1 718 181,76	323 118,41		2 041 300,17	67 230,48		3	1 974 069,69	2 029 178,29
Outros gastos e perdas	25	-878 998,13	-471 263,82		-1 350 261,95				-1 350 261,95	-1 370 760,15
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 855 840,52	348 224,82		8 204 065,34	832 386,25	874 667,39		8 246 346,48	7 316 412,09
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5	-3 840 547,02	-362 359,26		-4 202 906,28		187,5	6	-4 202 718,78	-3 328 577,76
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					0,00					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		4 015 293,50	-14 134,44		4 001 159,06	832 386,25	874 854,89		4 043 627,70	3 987 834,33
Juros e rendimentos similares obtidos	13				0,00				0,00	17 053,89
Juros e gastos similares suportados	7	-240 015,20	-95 333,54		-335 348,74				-335 348,74	-367 893,37
Resultado antes de impostos		3 775 278,30	-109 467,98		3 665 810,32	832 386,25	874 854,89		3 708 278,96	3 636 994,85
Imposto sobre o rendimento										
Resultado líquido do período		3 775 278,30	-109 467,98		3 665 810,32	832 386,25	874 854,89		3 708 278,96	3 636 994,85

[Handwritten signatures and initials]

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS
2 0 2 1

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DA TROFA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2021 (que evidencia um total de 123.253.197,72 euros e um total de património líquido de 87.747.009,54 euros, incluindo um resultado líquido de 3.708.278,96 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DA TROFA em 31/12/2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

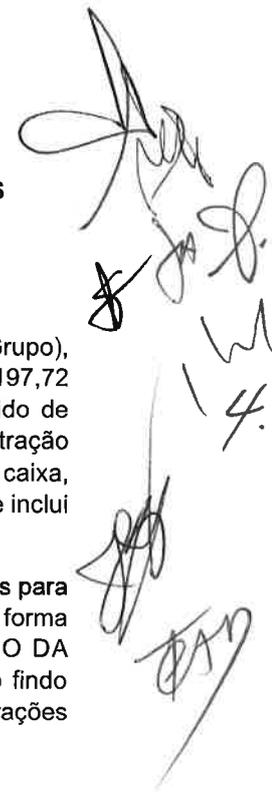
Bases para a opinião com reservas

O Grupo, por não dispor de informação suficiente, não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma de Contabilidade Pública 4. Por este motivo, não foi efetuada a devida contabilização e apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que desconhecemos o impacto que esta conclusão poderá provocar nas mesmas.

Com a criação do Município da Trofa através da Lei n.º 83/98, de 14 de dezembro, não houve consenso na aprovação do relatório de partilha por parte dos executivos dos municípios da Trofa e de Santo Tirso (existindo vários processos em contencioso judicial onde o Município de Santo Tirso é o demandante e o Município da Trofa o demandado, e vice-versa), não tendo sido, por esta razão, efetuada, nem consequentemente contabilizada, a divisão de alguns bens, direitos e/ou obrigações, provenientes desta separação (conforme descrito nas notas 5 e 15 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas). Assim, não podemos concluir quanto ao impacto desta situação no Ativo, no Património Líquido e/ou Passivo.

Os serviços do Município da Trofa têm em curso um processo de compatibilização de informação entre as várias divisões relacionadas com os bens do ativo imobilizado. Apesar do extenso trabalho desenvolvido, e que resultou numa diminuição de 859.941,96 euros em resultados transitados durante o ano de 2021 (não tendo sido reexpressos os valores comparativos), este processo ainda não se encontra concluído na medida em que a informação atualmente existente ainda não constitui uma garantia da plenitude e da adequada mensuração desses ativos. Deste modo, não estamos em condições de nos pronunciar quanto aos efeitos desta limitação na rubrica Ativos fixos tangíveis e, consequentemente, quanto ao seu impacto no Ativo, Património Líquido e Resultado Líquido.

Na rubrica Outras variações no património líquido, estão incluídos Subsídios ao Investimento depreciável, para os quais, no montante de 26.007.242,45 euros, a informação constante na listagem detalhada dos ativos financiados, obtida do Património, não concilia, na íntegra, com a da contabilidade. Apesar de continuarem a ser desenvolvidos, ainda não se encontram concluídos os trabalhos de compatibilização das divisões respetivas (neste exercício resultou num aumento de 1.491.218,39 euros em resultados transitados, não tendo sido reexpressos os valores comparativos). Decorrente desta situação e das limitações descritas nos parágrafos anteriores, não estamos em condições de emitir opinião, e não emitimos, acerca das referidas rubricas no Património Líquido, incluindo eventuais efeitos no Resultado Líquido.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material

relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas no primeiro parágrafo na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido na introdução do Relatório Consolidado de Gestão, o Grupo não apresenta as divulgações necessárias, relativas ao seu sistema de contabilidade de gestão, para dar cumprimento ao exigido pela NCP 27, do SNC-AP.

Trofa, 30 de maio de 2022

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

Representada por

Sebastião Campos Cruz, ROC

**RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS
CONTAS CONSOLIDADAS**

DO EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do n.º 1, do art.º 77º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer, conforme disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 77º da presente Lei, sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DA TROFA** (o Grupo), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

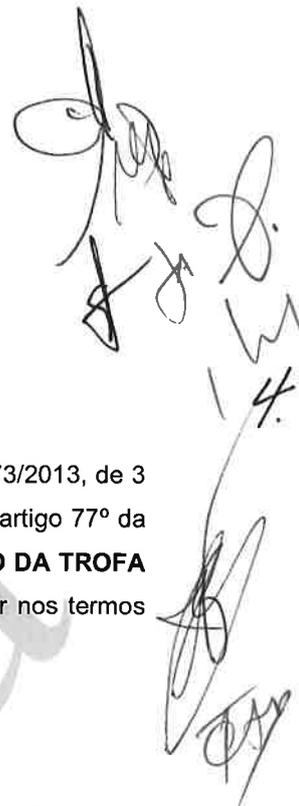
- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Grupo.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto no art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Grupo;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno instituídos, particularmente os relacionados com o processo de consolidação;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas de acordo com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- e) à análise das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os requisitos das normas de contabilidade pública adotadas em Portugal através do SNC-AP, bem como do relatório consolidado de gestão.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as seguintes observações:

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião modificada que, nesta data, expressamos na Certificação Legal das Contas.



4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

As contas consolidadas do Grupo e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que constam, especialmente nos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e no próprio relatório consolidado de gestão, bem como das notas anteriores do presente relatório, merecem uma apreciação positiva.

Salientamos, por último, o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte do órgão executivo e de todos os responsáveis, aos diversos níveis, com quem trabalhamos.

Trofa, 30 de maio de 2022

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

Representada por

Sebastião Campos Cruz, ROC

Handwritten signatures and initials in black ink, located on the right side of the page. There are several distinct signatures, some appearing to be initials or names, written vertically.

Minimuta



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DA TROFA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2021 (que evidencia um total de 123.253.197,72 euros e um total de património líquido de 87.747.009,54 euros, incluindo um resultado líquido de 3.708.278,96 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DA TROFA em 31/12/2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

1 O Grupo, por não dispor de informação suficiente, não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma de Contabilidade Pública 4. Por este motivo, não foi efetuada a devida contabilização e apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que desconhecemos o impacto que esta conclusão poderá provocar nas mesmas.

2 Com a criação do Município da Trofa através da Lei n.º 83/98, de 14 de dezembro, não houve consenso na aprovação do relatório de partilha por parte dos executivos dos municípios da Trofa e de Santo Tirso (existindo vários processos em contencioso judicial onde o Município de Santo Tirso é o demandante e o Município da Trofa o demandado, e vice-versa), não tendo sido, por esta razão, efetuada, nem consequentemente contabilizada, a divisão de alguns bens, direitos e/ou obrigações, provenientes desta separação (conforme descrito nas notas 5 e 15 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas). Assim, não podemos concluir quanto ao impacto desta situação no Ativo, no Património Líquido e/ou Passivo.

3 Os serviços do Município da Trofa têm em curso um processo de compatibilização de informação entre as várias divisões relacionadas com os bens do ativo imobilizado. Apesar do extenso trabalho desenvolvido, e que resultou numa diminuição de 859.941,96 euros em resultados transitados durante o ano de 2021 (não tendo sido reexpressos os valores comparativos), este processo ainda não se encontra concluído na medida em que a informação atualmente existente ainda não constitui uma garantia da plenitude e da adequada mensuração desses ativos. Deste modo, não estamos em condições de nos pronunciar quanto aos efeitos desta limitação na rubrica Ativos fixos tangíveis e, consequentemente, quanto ao seu impacto no Ativo, Património Líquido e Resultado Líquido.

4 Na rubrica Outras variações no património líquido, estão incluídos Subsídios ao Investimento depreciável, para os quais, no montante de 26.007.242,45 euros, a informação constante na listagem detalhada dos ativos financiados, obtida do Património, não concilia, na íntegra, com a da contabilidade. Apesar de continuarem a ser desenvolvidos, ainda não se encontram concluídos os trabalhos de compatibilização das divisões respetivas (neste exercício resultou num aumento de 1.491.218,39 euros em resultados transitados, não tendo sido reexpressos os valores comparativos). Decorrente desta situação e das limitações descritas nos parágrafos anteriores, não estamos em condições de emitir opinião, e não emitimos, acerca das referidas rubricas no Património Líquido, incluindo eventuais efeitos no Resultado Líquido.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material



relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido na introdução do Relatório Consolidado de Gestão, o Grupo não apresenta as divulgações necessárias, relativas ao seu sistema de contabilidade de gestão, para dar cumprimento ao exigido pela NCP 27, do SNC-AP.

Trofa, 2 de junho de 2022


Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

Representada por

Sebastião Campos Cruz, ROC



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

DO EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do n.º 1, do art.º 77º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer, conforme disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 77º da presente Lei, sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DA TROFA** (o Grupo), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Grupo.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto no art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Grupo;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno instituídos, particularmente os relacionados com o processo de consolidação;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas de acordo com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- e) à análise das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os requisitos das normas de contabilidade pública adotadas em Portugal através do SNC-AP, bem como do relatório consolidado de gestão.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as seguintes observações:

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião modificada que, nesta data, expressamos na Certificação Legal das Contas.



4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

As contas consolidadas do Grupo e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que constam, especialmente nos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e no próprio relatório consolidado de gestão, bem como das notas anteriores do presente relatório, merecem uma apreciação positiva.

Salientamos, por último, o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte do órgão executivo e de todos os responsáveis, aos diversos níveis, com quem trabalhamos.

Trofa, 2 de junho de 2022

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

Representada por

Sebastião Campos Cruz, ROC

14
14
14
14
14



trofa
município



MUN-TROFA.PT



FACEBOOK.COM/CMTROFA



INSTAGRAM.COM/MUNICIPIODATROFA



CERTIDÃO DE ATA

Eu, **Maria Paula de Sousa Camões**, Chefe de Serviço de Apoio à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, do Município da Trofa, **CERTIFICO** que a **MINUTA DA ATA N.º 6**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 27 de junho de 2022, composta por 11 (onze) páginas, está conforme o original.

Assembleia Municipal da Trofa, vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois.





ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
T R O F A
CERTIDÃO

----- Maria Paula de Sousa Camões, Chefe de Serviço de Apoio à Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, certifica que, da minuta da ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal, realizada em **vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois**, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- **«2 – Relatório de Gestão e Contas Consolidadas relativo ao ano de 2021.»**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer os presentes sobre o assunto, o qual se disponibilizou para prestar os esclarecimentos que se tornassem necessários. -----

-----Relacionado com o ponto em causa a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os membros sobre se desejariam intervir.-----

Solicitou intervenção o Membro da Assembleia Municipal, Pedro Miguel Ribeiro Ortiga. -----

Solicitou intervenção o Membro da Assembleia Municipal, Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos relacionados com as intervenções anteriores, o qual, dada a natureza do mesmo, delegou no Senhor Vice-Presidente. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Colocado à votação foi deliberado **APROVAR POR MAIORIA**, o assunto em causa e nos termos propostos, COM 16 (DEZASSEIS) VOTOS A FAVOR; SENDO 14 (CATORZE) DOS MEMBROS DO PPD/PSD, 2 (DOIS) DOS MEMBROS DO CDS-PP E 10 (DEZ) ABSTENÇÕES; SENDO 9 (NOVE) DOS MEMBROS DO PS E UMA DO MEMBRO DO PAN.» -----

----- Mais se certifica que, no momento da votação, do presente ponto da ordem do dia, estavam presentes todos os membros do Órgão Deliberativo. -----

----- Certifica-se, ainda, que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta, e por unanimidade, no final da mesma sessão, com vista à sua exequibilidade imediata. -----

----- Assembleia Municipal da Trofa, vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois. -----



A CHEFE DE SAAMJE,
Maria Paula Camões
MARIA PAULA CAMÕES

CERTIDÃO

----- Certifica-se que, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em dois de junho de dois mil e vinte e dois, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- **“3 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVO AO ANO DE 2021** -----

----- Foi presente à Câmara Municipal, o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas supra mencionado, bem como a certificação legal das contas consolidadas efetuada pelo Revisor Oficial de Contas, datada de 02 de junho de 2022, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, sendo os originais assinados por todos os membros da Câmara Municipal presentes e por eles rubricados em todas as folhas, constituindo as cento e três folhas, que se anexam como documento n.º 01. -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara. 30/05/2022” -----

----- **Deliberação:** -----

----- **Deliberado por maioria, com três votos a favor da Senhora Vereadora da Câmara, Lina Ramos e dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da Coligação PPD/PSD – CDS/PP – “Unidos pela Trofa” e duas abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista aprovar o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas mencionado em epígrafe e nos termos propostos, bem como submeter o mesmo a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nos artigos 75.º e 76.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, conjugados com a alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**” -----

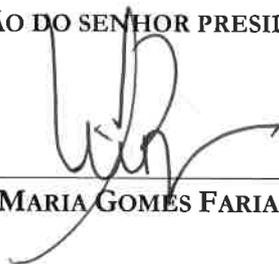
----- Está conforme o original. -----

----- Mais se certifica que, na reunião em causa, não se encontravam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Sérgio Humberto Pereira da Silva e o Senhor Vereador, António da Costa Azevedo -----

----- Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião, com vista à sua executoriedade imediata. -----

----- Trofa e Sede do Município, dois de junho de dois mil e vinte e dois -----

**A VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA,
EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**



LINA MARIA GOMES FARIA E RAMOS